



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Curso de Agronomia

**Estudo do desempenho socioeconômico da Cooperativa de Crédito Rural
com Interação Solidária (Cresol) de Águas Mornas (SC) no período de
2005 a 2009**

Autor: Valdenir Valério Verlich

Florianópolis
2009

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Curso de Agronomia

**Estudo do desempenho socioeconômico da Cooperativa de Crédito Rural
com Interação Solidária (Cresol) de Águas Mornas (SC) no período de
2005 a 2009**

Acadêmico: Valdenir Valério Verlich

Orientador: Ademir Antônio Cazella

Banca: Fábio Luís Búrigo

Valmir Stropasolas

Empresa: Cresol – Águas Mornas – SC

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como um dos pré-requisitos
para obtenção do título de Engenheiro
Agrônomo.

Florianópolis

2009

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelos cinco anos de acolhimento e pela áurea formação que me proporcionou. Em segundo, agradeço aos professores da Ufsc que me orientaram para o presente trabalho, em especial ao orientador Ademir Cazella, que sempre procurou orientar de modo que ao final o presente trabalho resultasse no melhor possível. Agradeço também ao professor Fábio Búrigo, que sempre se mostrou muito prestativo em me ajudar, sem sequer me conhecer pessoalmente.

Agradeço, também, à Cresol Águas Mornas, que me recebeu durante o estágio para realização deste trabalho, onde fui muito bem recebido e valorizado. Senti-me como se estivesse numa verdadeira família.

Agradeço à família pelo carinho e admiração.

Minha eterna gratidão ao Ricardo e à Luciana, que foram decisivos para a minha formação.

Sumário

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES	VI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	13
1.2 METODOLOGIA.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	16
2.2 A PROBLEMÁTICA DO CRÉDITO E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	19
2.3 EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS.....	25
3 A CRESOL DE ÁGUAS MORNAS	29
3.1 SOCIOECONOMIA DA REGIÃO ONDE A COOPERATIVA ATUA.....	30
3.2 HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA E ESTRUTURA ATUAL.....	31
3.3 PANORAMA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E PRODUTOS/SERVIÇOS.....	34
3.4 AS OPERAÇÕES DO PRONAF.....	37
3.5 O MICROCRÉDITO OPERADO.....	40
3.6 OS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DA COOPERATIVA.....	42
3.7 RELAÇÃO COM O BANCO DO BRASIL.....	43
3.8 ALGUNS ÍNDICES SOBRE A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA.....	45
4 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	50
4.1 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	55
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
6 ANEXOS	62
6.1 - ANEXO 1 - QUESTÕES PARA AGRICULTORES SÓCIOS.....	62
6.2 - ANEXO 2 - QUESTÕES PARA AGRICULTORES NÃO-SÓCIOS.....	64
6.3 - ANEXO 3 - QUESTÕES PARA AUTORIDADES LOCAIS (STR, EPAGRI, SEC. AGRICULTURA).....	64

Resumo

O passado do cooperativismo de crédito brasileiro é marcado por fases de expansão e retração. Trazidas para o país em meados dos anos 1900, as cooperativas de crédito somente gozaram de um crescimento econômico razoável a partir dos anos 1980, graças a uma abertura política que vinha sendo pleiteada pelos diversos segmentos sociais durante décadas. Este trabalho discute os índices socioeconômicos alcançados por uma cooperativa de crédito rural com interação solidária (Cresol). O trabalho foi conduzido na Cresol Águas Mornas, que atua na região da Grande Florianópolis – SC. A metodologia foi baseada na elaboração de questionário, que foi aplicado a agricultores sócios e não sócios, além de autoridades dos municípios de atuação da cooperativa. A questão central que inicialmente motivou a elaboração do presente trabalho consistiu em identificar o grau de satisfação dos sócios em relação aos serviços prestados pela cooperativa. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também foi objeto de estudo para ter-se uma visão mais precisa da cooperativa, principalmente no que tange a diversidade de opiniões e o grau de envolvimento da comunidade em geral. Uma das principais constatações feitas foi a elevada satisfação dos sócios dos serviços da cooperativa. Segundo as autoridades, a cooperativa representa uma importante instituição fomentadora do desenvolvimento local. Além disso, a cooperativa se mostra como crucial para o repasse dos recursos do Pronaf aos agricultores familiares, atuação que acaba fortalecendo muito a cooperativa, pois ela acumula cotas-capital das operações de crédito realizada, além de receber uma remuneração dos bancos de desenvolvimento pelo repasse dos recursos de crédito oficiais ao quadro social (*spread*). O estabelecimento de cotas-capital para recursos oficiais tem sido alvo, no entanto, de algumas críticas da parte de alguns entrevistados. Ao se questionar os diretores da cooperativa sobre esse tema, a resposta consiste em afirmar que a cooperativa precisa se capitalizar para investir capital nas instituições de repasse como o BB e BNDES, que é uma exigência por parte desses bancos para repasse de recursos. Para tanto a cooperativa possui uma linha de crédito para financiar as cotas partes em seis anos com juro zero. Ou seja, a cooperativa arca com os juros desse capital. A cooperativa deve apresentar um crescimento ascendente nos próximos anos, para tanto, uma maior presença da instituição nas atividades financiadas é recomendada.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS PROBLEMAS E (CAUSAS) DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	28
TABELA 1 – POPULAÇÃO TOTAL E ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS/MUNICÍPIO.	30
ILUSTRAÇÃO 1 – ÁREA DE ATUAÇÃO DA CRESOL ÁGUAS MORNAS (EM OUT. DE 2009)	32
ILUSTRAÇÃO 2 – ATUAÇÃO DO SISTEMA CRESOL EM SANTA CATARINA (OUT. 2009) 33	
ILUSTRAÇÃO 3 – ÁREA DE ATUAÇÃO DO SISTEMA CRESOL NO PARANÁ (OUT. 2009).	34
GRÁFICO 1 - MONTANTES DE REPASSES DO PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO (2005-2008)	38
GRÁFICO 2 – VALOR MÉDIO POR CONTRATO DO PRONAF NA CRESOL AM POR MODALIDADE (2005-2008).	39
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE CONTRATOS DE PRONAF NA CRESOL AM (2005-2008)	40
GRÁFICO 4 – APLICAÇÕES DE MICROCRÉDITO (BNDES) NA CRESOL AM (2005 -2008).	42
GRÁFICO 5 – VALOR MÉDIO POR CONTRATO DE MICROCRÉDITO NA CRESOL AM (2005-2008).	42
TABELA 2 – Nº. DE CASAS CONSTRUÍDAS POR INTERMÉDIO DA CRESOL AM (2005-2009).....	43
TABELA 3 - CUSTOS DOS CRÉDITOS DE CUSTEIO FORNECIDOS PELO CRESOL VIA BB (1996 A 2004).	44
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES DOS EMPRÉSTIMOS PESSOAIS NA CRESOL AM (2006 – 2008).	46
GRÁFICO 7 – VALOR MÉDIO POR CONTRATO DOS EMPRÉSTIMOS PESSOAIS NA CRESOL AM (2006 – 2008).	47
GRÁFICO 8 – CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS DA CRESOL ÁGUAS MORNAS (2005 E 2006).....	48
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL NA CRESOL AM (AGO. DE 2005 A DEZ. DE 2006).....	48
GRÁFICO 10 – MONTANTES DO MODELO DE CRÉDITO CRESOLCAP FINANCIADAS PELA CRESOL AM (2006 – 2008).	49
QUADRO 2 – SÍNTESE DAS RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES SÓCIOS DA CRESOL AM.	50
QUADRO 3 – OPINIÃO DE AGRICULTORES NÃO-SÓCIOS DA REGIÃO DE ATUAÇÃO DA CRESOL AM.....	52
QUADRO 4 – RESUMO DAS RESPOSTAS DAS AUTORIDADES SOBRE A CRESOL AM. .53	
QUADRO 5 – INVENTÁRIO DAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS.....	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DRS	DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL
PSH	PROGRAMA DE SUBSÍDIO A HABITACÃO DE INTERESSE SOCIAL
BB	BANCO DO BRASIL
BNDES	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL PARA FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CRESOL	CRÉDITO SOLIDÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR
COOPERS	COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS
AGO	ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
PL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PLA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO
SFN	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
BESC	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ANCOSOL	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA
DL	DESENVOLVIMENTO LOCAL
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
BNCC	BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO
BACEN	BANCO CENTRAL
EPAGRI	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
PNMPO	PROGRAMA NACIONAL DO MICRO CRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO
FGC	FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO
DIR	DEPÓSITO INTERFINANCEIRO VINCULADO AO CRÉDITO RURAL
DDA	DÉBITO DIRETO AUTORIZADO
FP	FUNDO PERDIDO
STR	SINTICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
PAC	POSTO DE ATENDIMENTO COOPERATIVO
CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
BANCOOB	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
BANSICREDI	BANCO DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO
CONFEBRAS	CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
BCB	BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEA	ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS
CREHNOR	COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL HORIZONTES NOVOS
PROAGRO	PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA
OCB	ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS
S.A.	SOCIEDADE ANÔNIMA
ONG	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
FCR	FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO
WOCCU	CONSELHO MUNDIAL PARA UNIÃO DO COOPERATIVISMO (<i>WORLD COUNCIL FOR COOPERATIVE UNION</i>).
COAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO

CEPA	CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
UPVF	UNIDADE DE PRODUÇÃO E VIDA FAMILIAR
AF	AGRICULTURA FAMILIAR
AP	AGRICULTURA PATRONAL
CREDIs	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
AM	ÁGUAS MORNAS

1 INTRODUÇÃO

A agricultura se mostra como uma atividade estratégica para a sobrevivência da sociedade humana. A importância dessa atividade ganhou ainda mais força com o advento da industrialização, onde muitas famílias fizeram da agricultura seu ofício principal e uma grande maioria passou a se dedicar em ocupações na indústria, comércio e serviços. Dessa forma, alguns precisavam produzir para que os outros pudessem se dedicar a atividades não agrícolas.

Mesmo sendo uma atividade estratégica para qualquer país, a agricultura tem passado por sucessivas crises durante sua história recente. Um dos principais problemas enfrentados pelas famílias e/ou pessoas que se dedicam à produção de alimentos é a dificuldade para ter acesso ao crédito, para viabilizar a segurança alimentar numa sociedade que está em constante evolução, principalmente no aumento da população humana.

Essa dificuldade em acessar o crédito sempre se mostrou como mais emblemática para os agricultores pobres ou daqueles que vivem abaixo da linha da pobreza. Historicamente, os agricultores que se dedicam a produzir alimentos no regime chamado de agricultura familiar têm enfrentado esse dilema da falta do crédito, embora dentro dessa categoria social exista uma enorme diversidade social e econômica. Mesmo com os esforços recentes das políticas públicas específicas para a agricultura familiar, muitos agricultores do meio rural brasileiro ainda continuam sem ter acesso ao crédito.

Os motivos que justificam essa dificuldade são diversos. Entre estes pode-se enumerar a falta de garantias a oferecer ao agente financeiro; valores pequenos de crédito necessários que não são atrativos para os bancos; realização de atividades pouco rentáveis etc.

Foi essa conjunção de fatores que fez com que surgissem na Europa, ainda em meados do século XIX, formas “alternativas” de driblar a crise do crédito: as cooperativas de crédito ou caixas rurais como eram muitas vezes chamadas. Eram organizações que buscavam oferecer recursos para os mais pobres.

No Brasil, o cooperativismo de crédito tem uma trajetória marcada por diversas fases que se caracterizam por avanços e retrocessos. Embora esse

ramo de cooperativismo esteja presente no país há mais de um século, ele ainda desfruta de uma baixa expressão econômica na participação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Segundo Búrigo (2006), o setor cooperativo atendeu menos de 2% das operações financeiras no ano de 2003, enquanto na Alemanha esse setor atendia cerca de 15%. Isso permite dizer que temos um potencial enorme para crescimento.

As conquistas foram no sentido de que houve uma normatização do setor, que permitiu a consolidação formal e legal do cooperativismo de crédito. Ademais, sempre houve protagonistas do sistema que lutaram pelo crescimento do cooperativismo, que inovaram na criação de inúmeras experiências cooperativas, como exemplo podemos citar o surgimento do Sistema Cresol, onde os principais atores foram os próprios agricultores. Os fracassos, primeiro, estão associados à forma de intervenção do Estado no setor durante décadas, que representou uma barreira para a consolidação do ramo. E segundo, as tímidas experiências surgidas ao longo do tempo também não tiveram o poder de persuadir a sociedade em geral do potencial benéfico de uma cooperativa. Segundo Confedbras (2009), a má gestão do setor, escândalos financeiros associados a cooperativas, falta de esclarecimento por parte das autoridades e sociedade da potencialidade do setor e certo preconceito dos sistemas do funcionalismo público serviram como empecilho ao crescimento do cooperativismo de crédito. A década de 90 do século passado também foi marcada por importantes mudanças no ramo cooperativo, entre as quais a extinção do Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC).

Nos últimos anos, o cooperativismo de crédito brasileiro tem experimentado um novo “fôlego”. O governo tem criado diversos regulamentos que favoreceram a sua expansão. Exemplo disso foi a permissão de se constituir cooperativas de “livre admissão”, em 2003, e transformar cooperativas de determinado setor econômico em cooperativa de livre admissão no ano de 2007. A livre admissão se caracteriza pelo estatuto de uma cooperativa permitir a entrada de sócios de ramos econômicos diferentes, como comerciantes, médicos etc. em uma cooperativa de agricultores, por exemplo. A livre admissão é considerada importante na ótica do Desenvolvimento Local (DL) e é o tipo de cooperativa que mais se expande atualmente.

Vale ressaltar, ainda, o surgimento das redes de cooperativas de crédito com Interação Solidária ao longo da década de 1990. É no ramo das cooperativas de crédito com a Interação Solidária que a presente pesquisa terá seu foco.

O estágio de conclusão de curso foi desenvolvido no período de agosto a outubro de 2009 (durante 10 semanas) na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Águas Mornas, localizado na microrregião do Tabuleiro, na região da Grande Florianópolis - SC. A cooperativa atua, atualmente, em seis municípios circunvizinhos, conforme a ilustração 1. O objetivo geral do estágio consistiu em estudar o desempenho socioeconômico dessa cooperativa no período de agosto de 2005 a setembro de 2009.

Em termos específicos procurou-se estudar a evolução do Pronaf, o micro crédito, os programas habitacionais e outros produtos e serviços prestados ao quadro social, como também o grau de satisfação dos agricultores sócios. Além desses, agricultores não-sócios e autoridades também foram entrevistados, a fim de verificar a opinião que estes agentes têm sobre a cooperativa.

1.1 Justificativa

Para Frantz (2009), a sociedade humana já tem experimentado dois grandes sistemas de organização econômica: o socialismo e o capitalismo. Nenhum dos dois sistemas deu conta de resolver os problemas de exclusão social existente. O socialismo, de um lado, sempre esbarrou na falta de liberdade, enquanto o capitalismo no excesso de liberdade. Uma terceira forma de organização econômica, que esse autor chama de braço do capitalismo, seria o cooperativismo contemporâneo. Para ele, trata-se da mais nova aposta de se resolver os problemas socioeconômicos da sociedade.

A agricultura catarinense tem por base as unidades agrícolas familiares. O crédito escasso é fator que compromete o desenvolvimento desse setor. Dessa forma, o cooperativismo de crédito vem no sentido de canalizar recursos ao financiamento das atividades agrícolas, bem como evitar a erosão dos recursos para as grandes corporações financeiras, já que os associados

são donos do negócio. Búrigo (1999) dá destaque especial para a necessidade de esclarecer a sociedade brasileira, em especial os agricultores de pequeno porte, sobre as inúmeras vantagens do cooperativismo de crédito, já que muitos agricultores sequer sabem da existência e funcionamento de uma cooperativa de crédito.

Em geral, uma cooperativa surge para suprir uma determinada necessidade local. No caso das cooperativas de crédito, a finalidade primeira consiste em ofertar crédito e serviços bancários para os sócios. Esse crédito pode ser de recursos próprios ou oficiais. Dessa forma, as pessoas que antes estavam excluídas do sistema de crédito regular ou oficial têm a oportunidade de por em prática seus projetos e melhorar seus índices socioeconômicos. Além disso, o cooperativismo facilita a consolidação de programas sociais de origem governamental como o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em 2009, o Sistema Cresol comemorou quinze anos de existência. É considerado um sistema cooperativo recente e inovador em termos de gestão. Tem como característica marcante o crescimento horizontal, que visa a extensão de seus serviços a um leque máximo de pessoas integrantes da agricultura familiar. Estudos de caso, como o presente, se fazem necessários para verificar se existe, de fato, incorreção na sua forma de fazer cooperativismo.

1.2 Metodologia

O estudo foi executado com base em entrevistas realizadas com pessoas de todos os municípios de atuação da cooperativa. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com três perfis: agricultores sócios, agricultores não-sócios e autoridades locais. Para cada uma dessas categorias foi elaborado e aplicado um questionário diferente (Anexo I). Teve-se como meta entrevistar ao menos três pessoas por município, sendo uma de cada categoria (perfil). As autoridades escolhidas foram os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da Secretaria Municipal de Agricultura ou agente da Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

(Epagri). Ao total foram entrevistadas 30 pessoas, sendo que destes 20 foram agricultores sócios, 5 agricultores não sócios e 5 autoridades.

Como frisa Olinger (2006), as pesquisas qualitativas geram dados de difícil mensuração, especialmente quando se deseja averiguar aos reais benefícios dos projetos objeto de estudo. Portanto, a idéia foi propor um questionário simples e objetivo de modo a evitar ambigüidades.

Boa parte das entrevistas foi gravada para fins de comprovação e facilitar a elaboração do relatório final. Mas todas as respostas foram anotadas pelo autor na medida em que o entrevistado respondia às perguntas.

Nas áreas rurais dos municípios onde a pesquisa foi desenvolvida, os agricultores sócios e não-sócios foram escolhidos aleatoriamente, obedecendo a uma distância mínima de um quilometro entre cada residência. Quando não havia agricultor na casa escolhida, seguia-se até a próxima propriedade, de modo que os perfis desejados pudessem ser encontrados. Na literatura podemos encontrar metodologias similares de pesquisa. Mas, dificilmente uma metodologia que pode ser reproduzida na integra para uma pesquisa qualitativa com focos diferenciados. O Banco Central do Brasil (2009) usou uma metodologia similar a que foi utilizada na presente pesquisa.

Além das entrevistas, foram coletados dados das transações de Pronaf, de microcrédito e do Programa de Subsidio a Habitação de Interesse Social (PSH). Estes dados foram usados para elaboração de gráficos e análises, compondo a parte dos objetivos específicos do presente estudo. Outros dados relativos à atuação da cooperativa também foram coletados, mas com enfoque secundário na seção de índices gerais da cooperativa.

O estágio foi dividido em três fases: o primeiro mês (agosto de 2009) foi dedicado a uma revisão de literatura. Além de estar envolvido na revisão bibliográfica, o autor buscou esclarecer as diversas dúvidas que iam surgindo. Buscou-se uma interação próxima à presidência e aos funcionários da cooperativa com o fim de assimilar questões inerentes ao trabalho da organização e esclarecer eventuais dúvidas. Exemplo disso foi a participação das Assembléias Gerais Extraordinárias (AGEs) e no curso de cooperativismo

ofertado pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS)¹ para membros da cooperativa.

A segunda fase do estágio foi dedicada ao trabalho de campo. Essa fase durou 15 dias (primeira quinzena de setembro de 2009). Foram usados, em média, dois dias para cada município de atuação da cooperativa.

A terceira fase do estágio foi realizada depois da pesquisa de campo, 30 dias (da segunda quinzena de setembro ao final da primeira quinzena de outubro). Nessa fase buscou-se discutir alguns resultados encontrados na pesquisa de campo com os diretores da Cooperativa. Foram também, coletados os dados das operações de crédito do Pronaf, microcrédito, empréstimos pessoais, PSH e número de sócios foram coletados. Iniciou-se, ainda, a elaboração prévia do relatório do estágio.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Histórico do Cooperativismo de crédito

Nota-se que os fenômenos de cooperação acompanham o ser humano desde os primórdios das civilizações. Exemplos como a irrigação comunitária na antiga Mesopotâmia, seguro grupal dos chineses, pescarias grupais dos indígenas, a organização da agricultura dos astecas e incas etc. exemplificam como as idéias cooperativas acompanham a existência humanidade (HALL *et al*, 2006)

Porém, o berço do cooperativismo como conhecemos hoje foi na Inglaterra em 1844, onde 28 tecelões criaram a primeira cooperativa de consumo e ficaram conhecidos como os pioneiros de Rochdale. Três anos após a criação da cooperativa em Rochdale, surgiram cooperativas de crédito. Na Alemanha, em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, criou uma associação para apoiar financeiramente os agricultores na província de Reihnland Pfalz, no sudoeste da Alemanha. No ano de 1864 ele transformou essa associação na primeira cooperativa de crédito da história (Chamava-se Associação de Caixas

¹ O INFOCUS é uma instituição criada com o fim de promover a educação cooperativa. É mantida pelas redes de cooperativas com o regime da Interação Solidária.

Rurais de Heddesdorf (Heddesdorfer Darlehnskassenvereinen) na denominação original) (HALL *et al.* 2006; PINHEIRO, 2008).

As cooperativas criadas por Raiffeisen eram tipicamente rurais. Tinham como características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, cada sócio tinha direito a um voto, atuação restrita, ausência de capital social e as sobras não eram distribuídas. Esse tipo de cooperativa ainda é popular na Alemanha na atualidade (PINHEIRO, 2008).

De modo paralelo, em 1856, Hermann Schulze organizou a primeira cooperativa de crédito urbana na cidade de Delitzsch. Essa cooperativa era conhecida como “associação de dinheiro antecipado” (Vorzeitiggeldverein). Essas cooperativas ficaram conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, sendo que atualmente são chamadas na Alemanha de bancos populares. Essas cooperativas têm como características a distribuição das sobras proporcional às cotas, a área de atuação não é restrita e seus dirigentes são remunerados (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito brasileiras como as do sistema Cresol tem características dos dois sistemas, principalmente das do tipo Schulze-Delitzsch. Herdaram das Raiffeisen a responsabilidade solidária dos sócios e a distribuição das sobras proporcional às cotas das Schulze-Delitzsch, por exemplo. Logicamente, as cooperativas são organizações bastante complexas e precisam estar em constante evolução para se adequar à realidade de cada local e período histórico, que é marcado por diferentes influências e necessidades de ajustes.

Inspirado nos alemães, o italiano Luigi Luzzatti organizou e instituiu um novo modelo de cooperativa de crédito em 1865, na cidade de Milão. Essas cooperativas são conhecidas até os dias atuais como cooperativas do tipo Luzzatti ou bancos populares Luzzatti. Eram bastante populares nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil e tinham como característica a não-exigência de vínculo entre os sócios (exceto limites geográficos e zonas tributárias), cotas bem acessíveis, crédito de pequeno valor sem garantias reais, não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito² (PINHEIRO, 2008). No Brasil essas cooperativas foram muitas vezes

² É um volume de dinheiro que o associado promete ou deseja repassar à cooperativa num determinado tempo (BITTENCOURT, 2001).

associadas a escândalos e eram consideradas de frágil controle social (CONFEBRAS, 2009).

O jornalista canadense Alphonse Desjardins, inspirado nos três modelos de cooperativas européias, constituiu um novo modelo de cooperativa de crédito em 1900 na província de Quebec no Canadá. No Brasil, esse modelo cooperativo é conhecido como “cooperativa de crédito mútuo”. Essas têm como característica alguma espécie de vínculo entre os sócios, como trabalhadores de uma mesma fábrica, integrantes de clubes, funcionários públicos etc.

No início do século XXI, em São Paulo, surgiram diversas cooperativas montadas por ex-funcionários de empresas falidas ou por funcionários demitidos e que muitas vezes voltaram a prestar serviço terceirizado para a própria empresa que trabalhavam. Isso não seria o propósito ideal, pois esse tipo de atuação é típico de empresa privada, já que as cooperativas têm diferentes tratamentos jurídicos perante o governo e a sociedade. E assim foi durante a história do cooperativismo, que de acordo com a época, teve as suas formas de se manifestar como organizações sociais (IDE, 2005).

Segundo Gonçalves (2008) a sociedade capitalista é excludente e o mesmo mecanismo que exclui as pessoas é motivador do surgimento de uma nova organização social capaz de superar a pobreza e a exclusão. Para a consolidação de um empreendimento solidário é preciso estar presente necessariamente dois fatores: estrutura e processo. Essa autora afirma que é necessário haver similaridade étnica e geográfica para que haja os verdadeiros valores que devem ser cultivados em economia solidária³ que se resumem em reciprocidade e solidariedade que provém de tradições diferentes, mas que estão vinculados de modo que se articulam juntos. Yunus (2003) afirma que a pobreza faz com que a pessoa que nela se encontra fica incapaz de lutar contra ela, entregando sua vida à inércia. Isso demonstra a necessidade da

³ Economia solidária recobre diferentes formas de organizações onde os cidadãos e cidadãs se incumbem de seja para criar a sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao custo mais baixo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos (ORTIZ ROCA *apud* TOUJLE, 2002).

ação dos atores locais para que estes dêem à assistência necessária para que a pessoa consiga criar o entusiasmo necessário para vencer a força que a mantém naquela situação.

Ciente da complexa organização do cooperativismo solidário, Coutinho *et al* (2005), realizaram um estudo a fim de por em evidência o papel da psicologia social e do trabalho em empreendimentos dessa natureza. Partindo do ponto de que os empreendimentos solidários são cada vez mais comuns e se mostram como boa saída para a exclusão social, essa autora abordou os instrumentos presentes nessas organizações como a autogestão, o associativismo e a delimitação da psicologia nessa área. Segundo a autora, a psicologia presente nesse tipo de organização visa o estabelecimento da autonomia e da solidariedade, dando novo significado à identidade do associado e, dessa forma, fortalecer o vínculo grupal.

O cooperativismo pode ser definido como doutrina que propõe a disseminação das cooperativas como forma de solução de problemas econômicos e sociais. E essa definição vai muito pela perspectiva de Construcionismo Social. As cooperativas podem existir em diversas esferas da sociedade como as que são de transporte, limpeza entre outros tipos. São organizações complexas que surgem propulsadas por uma necessidade (IDE, 2005).

2.2 A Problemática do Crédito e o Cooperativismo de Crédito

É fato que no mundo existem milhões de pessoas excluídas do sistema financeiro. E essa exclusão é, via de regra, mais marcante nos países de terceiro mundo. Se a exclusão financeira fosse regra nos países desenvolvidos também, estes provavelmente não ocupariam o posto que ocupam.

As teorias econômicas e o senso comum apregoam que os pobres não possuem vida financeira. E mesmo que não sendo reconhecido, sabe-se que os pobres desenvolvem criativas e assíduas formas de auto ajuda financeira. Exemplos disso são clubes de troca, seguros grupais etc. Em geral esses sistemas são informais e que se processam de modo imperfeito (BÚRIGO, 2006).

A grande revolução sobre crédito e finanças voltada aos pobres aconteceu a partir dos anos 70 do século passado em Bangladesh. Quando Muhamad Yunnus, um economista provou que é possível financiar projetos para os pobres obtendo retornos iguais ou melhores do que financiar os ricos. Com isso, o debate sobre o papel do crédito no combate a pobreza ganhou uma nova abordagem. Estava estabelecida a chamada revolução do microcrédito.

As promissoras experiências do economista Yunnus também foram trazidas para o Brasil. Pode-se dizer que o Pronaf foi uma revolução de crédito para os agricultores familiares do Brasil. Coelho (2009) afirma que o público urbano também foi beneficiário de uma política de acesso ao crédito. Trata-se do Programa Nacional do Micro Crédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Embora seja focado no público urbano, o PNMPO também se destine ao público rural.

O microcrédito se caracteriza pelo seu baixo valor, ter como foco empreendedores informais e microempresas que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional. Principalmente por não terem como oferecer as chamadas garantias reais. É destinado a produção e capital de giro, e concedido com metodologia específica (BRASIL, 2002).

Seja na forma macro ou micro, experiências internacionais têm mostrado que o crédito agrícola é importante instrumento de desenvolvimento, como o caso da França onde o Banco de Crédito Agrícola (Crédit Agricole) foi o grande responsável pela modernização da agricultura francesa (BÚRIGO, 2007). Não podemos dizer que sempre houve carência de crédito para a agricultura, mas no Brasil esse não foi pulverizado de modo abrangente para as diferentes atividades e classes de agricultores.

Entre as décadas de 1960 e 1980, as políticas de incentivo ao crédito foram voltadas para os grandes produtores, pouco foi feito por parte dos governos a favor dos pequenos agricultores. E os recursos gerados por esses grandes produtores foram canalizados para outros setores da economia nacional sob a alegação de que a agricultura era uma atividade economicamente instável e que não merecia re-investimentos (LOPES *apud*, RODRIGUES *et al* 2007). Nesse âmbito surgiu a necessidade de se criarem

políticas voltadas ao pequeno agricultor. Apenas em 1995 que surgiu o Pronaf, com o objetivo de fomentar a agricultura familiar (RODRIGUES *et al.* 2007).

Segundo Ferreira *et al* (1999) a agricultura familiar responde por mais de 40 % da produção agrícola do país e cerca de 35 % da População Economicamente Ativa tem suas atividades concentradas na agricultura familiar.

Ao compararmos a renda *per capita* do setor agrícola pela renda *per capita* do setor não agrícola, nota-se que neste último a renda seria cerca de três vezes maior (TEIXEIRA *apud* RODRIGUES *et al* 2007). Isso mostra como é grande o abismo econômico entre os agricultores brasileiros e os outros setores da economia.

Segundo Guilhoto *et al* (2007) em 2005, 29% do PIB brasileiro provinha do agro negócio (0,54 trilhões de reais). Destes, 173 bilhões representavam o agro negócio familiar. Isso demonstra a importância estratégica de se investir no setor agropecuário, não só para fortalecer sua economia, mas a própria economia nacional.

Os números indicam que as aplicações de crédito no Brasil foram expressivas nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando o crédito agrícola começou a diminuir até a segunda metade da década de 1990. Com a criação do Pronaf em 1995, o crédito agrícola começou a ser ofertado novamente, e tem crescido em termos de oferta, principalmente a partir da safra 2002-2003, embora ainda esteja abaixo da oferta de crédito do final dos anos 1970. Para a safra de 2009-2010, por exemplo, são ofertados 15 bilhões para a agricultura familiar e 92,5 bilhões para a agricultura empresarial. Isso representa um crescimento geral de 37% sobre a oferta de crédito da safra passada e de 42,3% especificamente para a agricultura empresarial. A safra de 2002-2003 contou com 24,7 bilhões de reais em crédito rural. Isso permite dizer que a oferta de crédito rural no Brasil quadruplicou nos últimos sete anos (BRASIL, 2009).

Um dos principais empecilhos a ser enfrentado pelo tomador de crédito são os custos relacionados com a transação financeira. Entende-se por tomador a pessoa requerente de um crédito. São inúmeros os custos que a transação contempla desde a elaboração do projeto para o qual o crédito se destina até a liberação do dinheiro, como gastos pessoais de hospedagem,

transporte etc. Caso o tomador de um crédito seja sócio de uma cooperativa, a transação via cooperativa se torna menos onerosa. Por isso as cooperativas de crédito são importantes elos entre políticas públicas e o alvo dessa política que é o “investidor descapitalizado” (LIMA, 2005).

Normalmente, os custos transacionais são mais altos via bancos comerciais, e que a escassez de informações aliada a geografia faz com que os as cooperativas tenham grandes vantagens. Entretanto o capital social⁴ é tanto maior quando mais se tem informação do tomador somada a confiabilidade (LIMA, 2005).

À cooperação é atribuída uma série de vantagens além de facilitar o acesso ao crédito. Como exemplo, podemos citar o apoio ao desenvolvimento local, as lutas na preservação do meio ambiente etc. (SILVA DIAS, 2006). As cooperativas de crédito⁵ também são eficazes instrumentos de organização para promover a descentralização da renda, acesso ao crédito e serviços bancários.

Com isso existe uma crescente demanda por serviços gerenciais para controle e monitoramento das cooperativas. O método de Análise Envoltória de Dados (DEA) se mostra como útil ferramenta na análise de dados contábeis, por exemplo. Analisar o desempenho das cooperativas de crédito é de extrema importância para que se consolide uma economia com verdadeiros sentidos da economia, que dá peso aos valores econômicos e humanos, resultando num verdadeiro desenvolvimento local (VILELA, NAGANO, MERLO, 2005).

O cooperativismo de crédito permite que o dinheiro gire na própria região na forma de re-investimentos dos associados, gerando um ciclo eficaz de desenvolvimento local (BÜCHELE, 2005).

Bittencourt e Abramovay (2003) fizeram uma pesquisa para verificar como os recursos de programas do governo federal como os do PRONAF chegam aos agricultores e se chegam às pessoas que realmente se destinam.

⁴ Para D’Araújo (2003) capital social é a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança e formar redes de cooperação com vistas a produzir bens coletivos.

No entanto, para Bittencourt (2001) capital social é soma de todas as cotas-partes dos associados de uma cooperativa. Búrigo (2006) afirma que são duas coisas diferentes com a mesma denominação.

⁵ Para Bittencourt (2001) cooperativas de crédito são instituições financeiras e sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil sem fins lucrativos e sujeitas à falência, constituídas para propiciar crédito e prestar serviços (principalmente financeiros) a seus associados.

Foi constatado que os bancos comerciais não oferecem o atendimento adequado a clientes que vivem próximos da linha da pobreza, gerando um obstáculo ao programa e canalizando os recursos para pessoas que o programa não visa devido a agricultores fortes serem mais “interessantes” aos bancos comerciais. As cooperativas de crédito (nesse estudo a Cresol) se mostraram cruciais pontes entre os programas do governo e o agricultor alvo, embora não tenham nascido para isso. Por outro lado a cooperativa oferece o serviço de transação com mais eficiência e menos burocracia para ambas as partes, pois gera mais confiança, quando o interlocutor entre o governo e o agricultor é uma cooperativa de crédito. Isso também faz com que o trabalhador tome conhecimento da cooperativa e se torna associado da mesma, já que um dos pré-requisitos para efetuar a transação é ser sócio da cooperativa. Se os bancos comerciais fazem a intermediação, o contemplado acaba se tornando cliente do mesmo inviabilizando, muitas vezes, a consolidação das cooperativas em locais onde a atuação dos bancos comerciais é muito forte e tradicional.

Na ótica do DL, as cooperativas de crédito têm fundamental importância, porque quando elas surgem, certamente há indivíduos influentes e militantes na comunidade que são muitas vezes responsáveis diretos pela efetivação de empreendimentos cooperativos (DE ÁVILA, 2006). Além disso, as cooperativas de crédito tem um papel estratégico na pulverização de recursos públicos na comunidade em que atuam. As redes sociais que elas formam, tem papel de fornecer informações sobre os empreendedores, o que também torna mais fácil a aplicação de aval solidário, onde os riscos dos empréstimos são assumidos de forma grupal (CAZELLA; BÚRIGO, 2008).

Apesar das inúmeras vantagens do cooperativismo, certamente há casos em que os propósitos iniciais não são cumpridos. Há estudos indicando que um considerável número de iniciativas cooperativas não prospera. Além disso, aponta-se a necessidade de investimento em outros setores estratégicos da sociedade como saúde e educação onde os recursos públicos poderiam ser aplicados no lugar de subsidiar investimentos e custeios de empreendimentos agrícolas e igualmente surtir efeitos desenvolvimentistas de cunho social (ALBUQUERQUE; PIMENTEL, 2004). É importante considerar a visão de alguém que não concorda em plenitude com as políticas públicas subsidiadoras

de financiamentos agrícolas, para motivar um debate mais aprofundado de sua relevância.

O sucesso de uma organização cooperativa com interação solidária⁶ está intimamente relacionado às regras que são estabelecidas. As organizações cooperativas diferem muito das clássicas organizações capitalistas. Nestas últimas há estímulo de competição, grandes interesses individuais, descaso com os outros membros e os conflitos são resolvidos de modo arbitrário por regras ditatoriais. De outro lado as organizações cooperativas visam exatamente o cultivo de outros valores e que igualmente resolvam possíveis conflitos. As regras são formuladas em assembleias onde cada membro pode dar sua opinião. Mas o mais importante fator responsável pelo sucesso de uma organização cooperativa é que as variantes humanas, locais, culturais são também consideradas. Desse modo o cooperativismo visa a cooperação, dar igualdade de tratamento e direitos aos atores envolvidos, trabalho realizado de modo interativo ao invés de uma hierarquização clássica e capitalista. As regras são definidas com auxílio de profissionais para que vise o bem estar e não um mal-estar entre os cooperados (CORTEGOSO; PORTO, 2007).

As cooperativas de crédito nascem com o intuito de substituir os bancos para os sócios da mesma. Elas precisam oferecer todos os produtos e serviços financeiros para os seus sócios, de modo que estes não precisem depender de bancos comerciais clássicos que os excluam um dia. No entanto, Bittencourt (2009) alerta da importância de se manter as relações de convênio com os bancos, já que as cooperativas não funcionam sem ter um convênio com outros bancos para viabilizar suas transações financeiras, além de captar recursos deles.

Alguns autores enquadram as cooperativas de crédito como bancos em suas classificações, porém outros afirmam que elas não podem ser consideradas bancos. Segundo Assaf Neto (2001) as cooperativas não podem ser chamadas de bancos porque não possuem a capacidade de criar moeda.

⁶ Interação solidária traduz a busca das cooperativas pela solidariedade umas pelas outras. Isso se manifesta num modelo que privilegia a autonomia, a descentralização e o equilíbrio entre as partes constituintes do sistema. Busca-se ainda um tamanho de cooperativa em que os dirigentes e sócios tenham domínio sobre seu funcionamento (BÚRIGO, 2006).

No entanto, Pinheiro (2008) diz que as cooperativas se assemelham tanto aos bancos comerciais e múltiplos, que podem ser consideradas bancos.

Búrigo (1999) recomenda que as cooperativas de crédito não sejam chamadas de bancos de pequeno porte, embora tenha a funcionalidade de um banco comercial qualquer. O papel de uma cooperativa é essencialmente social, já que as camadas menos favorecidas da sociedade sempre foram excluídas do sistema financeiro formal. Assim, as cooperativas de crédito surgiram no sentido de democratizar o acesso ao crédito, aliado a uma melhor prestação de serviços bancários ao quadro social.

Considerando as diferenças e semelhanças entre bancos e cooperativas, parece ser mais didático continuar a chamar as cooperativas de crédito como elas nasceram, ou seja, como cooperativas de crédito. Isso até mesmo para manter a originalidade desse tipo de instituição. Para Bittencourt (2001), alguns sistemas de cooperativas estão caminhando para uma institucionalização muito próxima das tradicionais empresas capitalistas, em que ganhos de escala são almejados investindo recursos em outras atividades mais rentáveis em detrimento de remeter esses ganhos em benefício dos sócios.

2.3 Experiências brasileiras

A literatura não é uníssona quanto ao reconhecimento formal das primeiras experiências cooperativas em terras brasileiras. Segundo Confefras (2009) a primeira experiência cooperativa aconteceu no ano de 1847, comandado por um médico francês chamado Jean Maurice Faivre. Por outro lado, Pinheiro (2008) diz que a primeira experiência cooperativa brasileira foi provavelmente a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 1889.

Por outro lado, a literatura é unânime ao reconhecer que o responsável por trazer o cooperativismo de crédito para o Brasil foi o padre suíço Theodor Amstadt. Theodor veio ao Brasil em 1895 para servir nas colônias de descendência alemã no Rio Grande do Sul. Em 1902 organizou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Caixa de Economia e Empréstimos Amstadt na região de Nova Petrópolis – RS. Posteriormente, a Caixa de Amstadt foi

batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis, sendo que hoje se chama de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira/RS (PINHEIRO, 2008).

O modelo de cooperativa trazida por Amstadt foi o de Raiffeisen. De 1902 a 1966, surgiram 66 cooperativas raiffeiseanas só no estado do Rio Grande do Sul. O padre suíço (e seus colegas) também organizou a criação de diversas cooperativas em Santa Catarina. A primeira foi a Caixa Rural União Porto Novo em Itapiranga em 1932. Esta cooperativa ainda funciona até os dias atuais (PINHEIRO, 2008).

O cooperativismo se firmou mais ao sul do Brasil, apesar de ter alcançado diversas regiões brasileiras. Isso refletia, de certa forma, a bagagem cultural dos imigrantes e o modelo de ocupação do território. O fator da intervenção das entidades religiosas muito contribuiu para a consolidação do cooperativismo no sul do Brasil (BÚRIGO, 2006).

Assim que as experiências cooperativas começaram a surgir, a necessidade de uma normatização do setor se mostrou indispensável. As primeiras regras, embora rudimentares, foram os Decretos do poder Legislativo 979 e 1.637. Mas foi com a lei 4.984 de 1925, o Decreto 17.339, de 1926, mais as regras complementares de 1929, que o Estado firma regras para o funcionamento dos bancos luzzatti e as caixas rurais raiffeisen. Pelo Decreto 22.239, de 1932, a primeira lei específica do cooperativismo fica estabelecida. Esta perdurou até o ano de 1966, quando entrou em vigor o Decreto lei 59. As décadas seguintes vieram marcadas por uma fase obscura para o cooperativismo no Brasil que só veio a se reverter a partir dos anos 80 do século XX. A partir de então, o cooperativismo brasileiro tem experimentado importantes avanços normativos (BÚRIGO, 2006; CONFEBRAS, 2009).

A trajetória do cooperativismo de crédito brasileiro pode ser resumida em quatro períodos. O período, de 1902 a 1938, ficou marcada pela criação de diversas experiências no país com pouca regulamentação. O segundo período, que vai de 1938 a 1964, se caracteriza pela expansão dos sistemas cooperativos e a introdução do modelo Desjardins. Durante essa fase surgiram diversas aspirações acerca do cooperativismo de crédito; hora forçava-se aproximá-las das instituições bancárias comerciais, enquanto noutras épocas dos princípios cooperativos.

A terceira fase, que vai de 1964 a 1988, é marcada pela fase mais obscura do cooperativismo brasileiro, principalmente marcado por pressão política e arrocho do Governo Militar. Novas cooperativas do tipo Luzzatti, por exemplo, foram proibidas de serem abertas em 1965 (BURIGO, 2006). Na década de 1980 inúmeras cooperativas de crédito surgiram por dentro das cooperativas agropecuárias (Coopers). Por fim, a quarta fase do cooperativismo de crédito brasileiro se inicia em 1988. É uma fase marcada por mais autonomia perante o Estado e crescimento em ativos e movimentação financeira.

A partir da década de 1990, o cooperativismo de crédito brasileiro é marcado por um crescimento verticalizado dos sistemas tradicionais, como pelo surgimento dos sistemas solidários como Cresol, Crehnor etc. O governo também passou a adotar uma postura mais aberta não só do ponto de vista político, mas também sob o prisma técnico. A década de 90 é ainda marcada pela criação de dois bancos cooperativos, após a extinção do BNCC, e pela criação da Resolução 2.608 em 1999, que atendeu algumas reivindicações, mas inviabilizou o surgimento de muitas cooperativas devido a alta exigência de capital inicial. Graças à pressão do setor cooperativista, a Resolução 2.771, de 2000, fez diversos ajustes entre eles a diminuição da exigência de R\$ 50 mil para R\$ 3 mil para abrir uma singular, desde que esta esteja filiada a uma central (BÚRIGO, 2006).

Diante do quadro de crescimento do cooperativismo impulsionado por movimentos sociais em prol do mesmo, e do outro a preocupação crescente dos técnicos do Banco Central, motivou uma série de discussões para assegurar o crescimento seguro do processo. Isso foi motivado, mormente, pela postura favorável do governo Lula ao cooperativismo (BÚRIGO, 2006). Esses importantes avanços podem ser exemplificados como a permissão para constituição de cooperativas de livre admissão em 2003, a criação do Programa Nacional do Micro Crédito Produtivo e Orientado em 2005 (PNMPO), Proagro Mais em 2004, transformar cooperativas de determinado setor econômico em cooperativa de livre admissão em 2007 entre diversos outros avanços normativos (PINHEIRO, 2008).

No entanto, Búrigo (2006) frisa que a transformação de cooperativas de determinado setor econômico em cooperativas de livre admissão pode gerar

conflitos futuros. Isso porque certamente surgirão interesses diferenciados dos sócios que não possuem vínculos profissionais, culturais entre outros. Vale ressaltar que esse tipo de instituição se assemelha muito as antigas Luzzattis, que não foram muito promissoras no país. Isso pode, inclusive, gerar futuras rupturas e motivar o surgimento de novos modelos de cooperativas.

A preocupação dos técnicos do BC aliado aos históricos problemas relacionados à gestão das cooperativas, motivou a elaboração de um amplo projeto de pesquisa pelo Banco Central no ano de 2007, chamado de Projeto Governança Cooperativa.

A idéia central do projeto era gerar conhecimento acerca da atual situação do cooperativismo de crédito brasileiro, para, a partir daí, induzir as cooperativas a adotarem mecanismos de boas práticas de governança. A preocupação central era a de que a solidez e a eficiência do sistema financeiro, em especial do sistema cooperativista, passam por uma boa prática de governança. Isso será útil para a elaboração de mecanismos de fiscalização e normatização do sistema baseados em recomendações, inclusive, internacionais (BRASIL, 2007). Os resultados dessa pesquisa serão utilizados para a discussão dos resultados encontrados nesse estudo, que se encontra no capítulo 4.

Embora as cooperativas de crédito tenham se multiplicado consideravelmente nas duas últimas décadas, a taxa de mortalidade é também considerada alta. O pequeno porte econômico das organizações cooperativas, as rígidas regras do SFN são alguns motivos que explicam o cancelamento e a liquidação de muitas cooperativas (BÚRIGO, 2006). O quadro 1 enumera alguns dos principais problemas (e suas causas) das cooperativas de crédito do Brasil. Esses dados foram coletados de diversas fontes e compilados por Búrigo (2006) durante sua pesquisa de tese de doutorado sobre o cooperativismo de crédito solidário no Brasil.

Quadro 1 - Principais Problemas e (causas) do cooperativismo de crédito no Brasil.

<i>Órgão</i>	<i>Problemas</i>	<i>Causas</i>
	- concentração dos empréstimos, que aumenta o risco das operações. - documentos insuficientes	- profissionalização insuficiente ou gestão amadora - controles deficientes - conselho fiscal pouco atuante

BC	(cadastros e contratos mal elaborados) - sistema de cobrança ineficiente - ativos sem consistência - deficiência no provisionamento para devedores duvidosos - falta de programa eficiente para rateio de prejuízos - movimentação com não associados - contabilidade em desacordo com os princípios contábeis (está diminuindo)	- delegação de atributos da diretoria a funcionários, sem supervisão adequada. - baixa participação dos associados
OCB	- falta de liquidez - alta inadimplência - descumprimento da legislação e atraso no pagamento das obrigações - produtos e operações inadequadas a realidade local - análise equivocada dos projetos e tomadores de crédito - incongruência entre as taxas de captação e de empréstimo	-Baixa capacitação dos funcionários e dirigentes - gestão temerária (concentração de poder) - baixo comprometimento de dirigentes e sócios - políticas de captação deficientes

Fonte: Búrigo, 2006.

Apesar de o cooperativismo ser uma forma de organização relativamente antiga, ela ainda não expressou seu imenso potencial desenvolvimentista. Um dos recorrentes problemas ocorridos nas instituições cooperativas foi a de trazer para dentro dessas instituições a mentalidade típica do capitalismo (KREUSCH, 2009).

O sucesso e a sustentabilidade do cooperativismo de crédito atual está atrelado a vários condicionantes e desafios. Podemos citar como a mudança da mentalidade das pessoas como a principal delas. Mas sabemos que existem vários outros pontos a serem considerados como formação e capacitação dos agentes envolvidos, pesquisa/planejamento, aspectos jurídicos pertinentes, gestão, formação e a própria montagem de um empreendimento solidário (FRANÇA FILHO, 2008).

3 A CRESOL DE ÁGUAS MORNAS

3.1 Socioeconomia da região onde a cooperativa atua

O município de Águas Mornas está localizado na região da grande Florianópolis e tem como atividades principais a agricultura do tipo familiar, turismo e indústria, sendo que a primeira que tem maior destaque. Os agricultores do município produzem uma variada gama de hortifrutigranjeiros, tendo espécies olerícolas como destaque. A criação de aves no regime de integração com agroindústrias está também crescendo ultimamente.

A tabela 1 mostra alguns dados do censo agropecuário de 2006 (IBGE), embora o número exato de agricultores não fosse disponível. A estimativa foi obtida multiplicando-se o número de estabelecimentos agropecuários pelo número médio de pessoas integrantes de uma Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF) que é de 2,6, segundo os dados do IBGE. De acordo com os dados obtidos na presente pesquisa, 77,77% das famílias agricultoras dos municípios de atuação da Cooperativa possuem apenas 2 integrantes, ou seja, o casal. As demais UPVF possuíam o casal e 1 ou 2 filhos, geralmente menor de 18 anos.

Tabela 1 – População total e estabelecimentos agropecuários/município.

<i>Município</i>	<i>População total (2006)</i>	Estabelecimentos Agropecuários
Águas Mornas	4.410	477
Angelina	5.322	782
Santo Amaro da Imperatriz	17.602	430
Palhoça	122.471	412
Rancho Queimado	2.772	473
São Bonifácio	3.178	675
Totais	155.755	3.249

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE); elaborado pelo autor.

Pelos dados do censo do IBGE podemos inferir que somente nos municípios onde a cooperativa possui PACs (Santo A. da Imperatriz, Palhoça, Rancho Queimado, Angelina e São Bonifácio), o potencial de crescimento é grande. Somando-se a isso os municípios de abrangência da cooperativa como São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Biguaçu e Major Gercino entre outros, o número de associações pode ser aumentado em várias vezes. Esse número facilmente é duplicável, pois muitos agricultores possuem familiares que não

são agricultores, e que também podem ser sócios, segundo o atual estatuto da cooperativa, desde que tenham parentesco entre si.

3.2 História de criação da cooperativa e estrutura atual

O surgimento da idéia de se constituir uma cooperativa de crédito no município de Águas Mornas é antiga. Na década de 1990 houve a tentativa de criar uma cooperativa no município, porém não foi possível devido às exigências do Banco Central (BACEN), onde o capital social mínimo exigido era de 50 mil reais. Não havia número de agricultores inicial suficiente, dispostos a se unir para constituir uma cooperativa com esse montante de capital. Com a mudança da legislação em 2003, a idéia continuou sendo trabalhada. Depois de conhecer alguns sistemas de cooperativismo de crédito, o grupo temático de agricultores que se sentia incumbido de trazer uma cooperativa para o município, conseguiu o aval do BC para constituição da cooperativa. A central de serviços e a bandeira escolhida foi a da atual Cresol-Baser.

A constituição da cooperativa aconteceu no dia 14 de maio de 2005, e seguidos os trâmites legais do BACEN, a Cooperativa pôde finalmente abrir suas portas no dia 26 de agosto do mesmo ano. A ata de fundação registra que estiveram presentes 44 agricultores. Destes, 23 foram sócio-fundadores, que subscreveram duzentas cotas partes, tendo cada cota parte o valor de R\$ 1,00 totalizando R\$ 200,00 para cada sócio (o total ficou em R\$ 4.600,00).

Ficou tratado que o objetivo da Cooperativa seria propiciar através do crédito rural assistência financeira aos sócios, através da mutualidade, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos sócios e de seus familiares. Além disso, pretendeu-se fomentar a produção rural bem como a sua industrialização e circulação. Para tanto foi eleito um conselho de administração e um conselho fiscal.

Atualmente, a cooperativa conta com 2140 sócios (até setembro de 2009). Os municípios onde a cooperativa têm Postos de Atendimento Cooperativos (PACs) são: Águas Mornas, Angelina, São Bonifácio, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Rancho Queimado (ilustração 1). Os

municípios de abrangência da cooperativa englobam ainda: Antonio Carlos, Major Gercino, São Pedro de Alcântara, Biguaçu, São José e Governador Celso Ramos. O sucesso da Cooperativa nesses quatro anos de existência, fez com que vários agricultores de municípios bem distantes como Major Gercino, Anitápolis etc., viessem se associar e trabalhar com a Instituição. Isso indica que a Cresol está tendo boa reputação na região onde atua (no chamado “cinturão verde” de Florianópolis), denotando grande potencial de expansão nos municípios que fazem parte da Grande Florianópolis e tem como ramo agrícola o regime da agricultura familiar, compõem o atual perfil desejado do sócio da Cooperativa.

Ilustração 1 – Área de atuação da Cresol Águas Mornas (em out. de 2009)

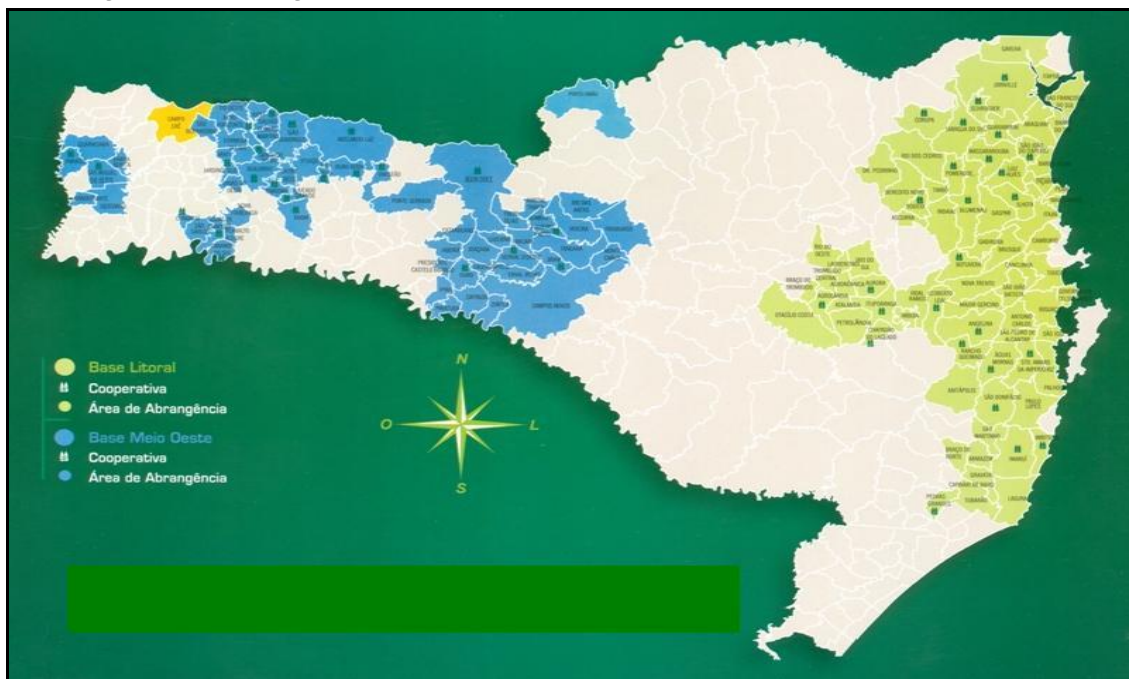


Fonte: Ciasc (2009); elaborado pelo autor.

A ilustração 2 representa os municípios de atuação do Sistema Cresol Baser no litoral de Santa Catarina. Vale ressaltar as cooperativas do meio-oeste e oeste catarinense são filiadas a Cresol Central desde o ano de 2004 quando o Sistema Cresol foi dividido em duas centrais: Cresol Central e Cresol Central Baser.

O Sistema Cresol atua somente no sul do Brasil, tendo mais destaque no Paraná e em Santa Catarina. A estratégia de crescimento adotado pelo Sistema se diferencia pela horizontalidade e pela busca de territórios com identidade comum, ou seja, aqueles onde a agricultura familiar é tradicional.

Ilustração 2 – Atuação do Sistema Cresol em Santa Catarina (out. 2009)



Fonte: Sistema Cresol; adaptado pelo autor.

A ilustração 3 mostra a atual área de atuação do Sistema Cresol no estado do Paraná, onde o Sistema surgiu. Aqui alguns aspectos históricos sobre o Sistema Cresol merecem ser destacados. O Sistema Cresol nasceu no ano de 1996 no sudoeste do Paraná. Os protagonistas foram agricultores familiares, que buscavam acesso ao crédito e uma vida mais digna e sustentável. Elas nasceram com base em experiências de FCR (Fundo de Crédito Rotativo), financiado desde os anos de 1980 pela MISEREOR⁷, uma instituição alemã financiadora de Organizações Não Governamentais (ONGs). Na mesma época foi criado o Pronaf, que desde então até os dias atuais é importante instrumento para o fortalecimento das cooperativas do Sistema Cresol.

⁷ MISEREOR é palavra lema de uma instituição da igreja católica alemã que financia projetos sustentáveis de interesse social, para o combate à pobreza, à fome e a exclusão social no mundo todo. Vem do latim cuja definição é: ter piedade de, compaixão, misericórdia...

Ilustração 3 – Área de atuação do Sistema Cresol no Paraná (out. 2009).



Fonte: Sistema Cresol; adaptado pelo autor.

Vale ressaltar que nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, temos ainda a rede de cooperativas vinculadas a Cresol Central.

3.3 Panorama dos principais programas e produtos/serviços

Uma visão global dos principais programas operados pela cooperativa certamente “esbarra” nas operações de crédito do Pronaf. Como já discutido, as cooperativas não nascem com a missão de mediar os programas de acesso ao crédito oficiais, mas como elas se mostram mais propícias, elas acabam abraçando esse serviço⁸.

A ideia de financiar casas para agricultores via cooperativa, somando recursos públicos aos da cooperativa se mostra bastante inovadora. Dos sistemas de cooperativas de crédito com interação solidária integrantes da Associação Nacional das Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Ancosol), apenas o sistema Cresol e o Sistema de Cooperativas de Crédito

⁸ Uma discussão mais detalhada encontra-se na Revisão Bibliográfica

Horizontes Novos (Crehnor) operam esse tipo de programa, que se mostra para ajudar a equalizar os índices socioeconômicos de um determinado território.

A Cooperativa de Crédito tem uma gama de produtos e serviços financeiros que contemplam as necessidades dos sócios. A seguir serão listados esses produtos e serviços da cooperativa.

- Conta Corrente;

O sócio da cooperativa tem direito de movimentar uma conta corrente sem taxa de manutenção. No caso de usuário de cheque, cobra-se apenas o preço de custo do talonário mais uma taxa de R\$ 4,00.

- Depósitos a Prazo (Poupança);

A modalidade de economia conhecida como poupança, na cooperativa fala-se em depósito à prazo. Os prazos trabalhados podem ser de 1, 3, 6 e 12 meses, sendo a taxa líquida atual paga de 0,7, 0,8, 0,85 e 0,9% a.m., respectivamente.

- Cartão de Crédito;

A adoção de um cartão de crédito pelo Sistema Cresol é bastante útil principalmente no caso das pessoas serem beneficiários do Pronaf, onde o mutuário pode comprar seus insumos parceladamente, para evitar os tomar os empréstimos tipo pré-custeio, que se caracterizam como um empréstimo pessoal pela taxa de juros ser maior.

- Cheque;

Os cooperados da Cresol Águas Mornas tem o direito de trabalhar com talão de cheques a um preço de custo de quatro reais por talão. O cheque da Cooperativa tem boa aceitação no comércio devido às políticas de controle de para emissão de cheques sem fundos. Caso o sócio emita dois cheques sem fundos sucessivamente, este perde o direito de trabalhar com cheques.

- Custeio e Investimento Agrícola com recursos oficiais;

É difícil imaginar como seria a Cooperativa (e o Sistema Cresol também) sem o repasse dos recursos oficiais do Pronaf ao quadro social. Certamente as cooperativas teriam uma expressão bem menor em termos de carteira de crédito e capacidade de financiamentos para o quadro social.

- Microcrédito;

A Cooperativa trabalha com o microcrédito do BNDES desde 2006. O que mais destaca as operações de microcrédito é o alto valor médio dos contratos, que normalmente se aproximam de valores próximos aos dos contratos do Pronaf.

- Habitasol;

A Cresol Águas Mornas, a exemplo de outras cooperativas do Sistema, tem buscado financiar casas para agricultores com necessidade de moradia de qualidade. Parte dos recursos é oficial e parte é da Cooperativa.

- Crédito com recursos próprios;

É admirável o montante de recursos movimentados a cada ano com empréstimos com recursos do Patrimônio da Cooperativa. É muito difícil imaginar os agricultores tomar montantes similares aos financiados pela cooperativa junto aos bancos comerciais.

- Crédito Agro Ecológico;

Existe essa linha de crédito com recursos oficiais, mas a procura é baixa.

- Seguro;

A Cooperativa trabalha com uma ampla gama de seguros. O sócio pode contratar seguro para imóveis, da lavoura de automóveis entre outros. A corretora é a própria Cresol e a empresa seguradora com a qual a corretora Cresol trabalha atualmente é a HDI e a Liberty Seguros.

- Recebimento de Títulos e Contas;

O cooperado (ou não-cooperado) da Cooperativa pode pagar suas contas nos caixas de atendimento da Cooperativa.

- Recarga de Celulares;

A Cresol Águas Mornas tem convenio com operadora de telefone móvel com um preço mais acessível para o quadro social.

- Recebimento de Benefícios e Aposentadorias;

Qualquer pessoa sócia da Cooperativa, que seja pensionista ou aposentada pode receber seus proventos diretamente nos caixas da Instituição.

Para que uma cooperativa de crédito seja eficiente, ela precisa, necessariamente, oferecer os produtos/serviços financeiros que os sócios mais demandarem. Com a modernização do sistema financeiro, as cooperativas precisam se adequar a cada dia às novidades tecnológicas em termos de nichos de mercado. Segundo Bittencourt (2009) criação de cartão de débito, participar de Fundo garantidor de Depósitos (FGC) de outros bancos ou criar um próprio fundo, captar Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR) entre outros, são questões que devem estar em pauta de discussão. Vale ressaltar o surgimento do moderno sistema de pagamento de boletos (ou bloquetos) via eletrônico, o chamado DDA (Débito Direto Autorizado), que se mostra como interessante serviço que deve se popularizar no curto prazo.

A Cresol Águas Mornas tem buscado se ajustar as novas tecnologias em termos de oferecer serviços financeiros, como exemplo a oferta de cartão de crédito e seguros diversos. Alguns programas elencados como mais expressivos e importantes em termos socioeconômicos serão discutidos a seguir com base nos dados coletados na cooperativa.

3.4 As operações do Pronaf

O Pronaf surgiu no ano de 1995 sustentado por dois fatores principais: a escassez de crédito para os agricultores (em especial os familiares) e o elevado custo de produção dos empreendimentos agrícolas (GUANZIROLI, 2007). O objetivo do programa era expandir o sistema de produção familiar em todo país. Isso em atendimento a uma antiga reivindicação dos segmentos que representam o público dos agricultores familiares, considerados a parcela mais significativa da agropecuária brasileira, porém a mais excluída do acesso ao crédito (MATTEI, 2007).

Pela avaliação feita por Guanziroli (2007), nos dez primeiros anos o Pronaf permitiu que os agricultores investissem mais na atividade agrícola e a área plantada aumentou. Porém, o autor destaca três fatores que influenciaram negativamente o processo de geração de renda de muitos agricultores: falta de assistência técnica de qualidade, dificuldade no gerenciamento dos recursos de crédito e a falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e

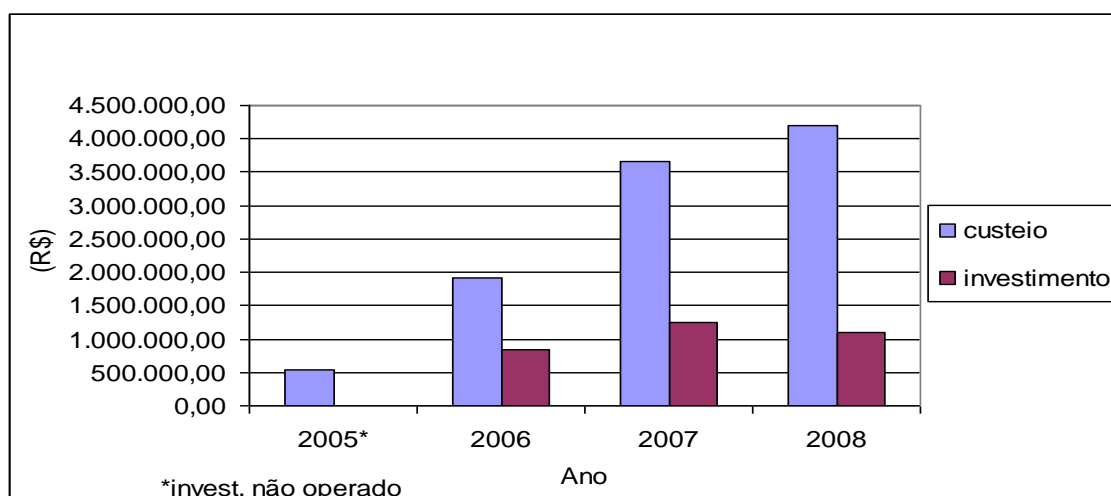
de agregação de valor. Certamente, esses fatores foram responsáveis pelas dificuldades em amortizar os empréstimos de muitos mutuários.

Para Mattei (2007) não há dúvida de que o Pronaf atingiu grande parte de seus objetivos nos primeiros dez anos de existência. Porém, na esfera financeira, esse autor destaca como principais obstáculos os limites operacionais do sistema financeiro e as dificuldades na institucionalidade do Programa, representados pelos vícios burocráticos dos órgãos públicos. O impacto mais efetivo do Programa a ser considerado nos próximos anos, diz respeito a esfera produtiva. O Pronaf deve ser discutido numa ótica de desenvolvimento territorial, não como mero recurso para produzir alimentos.

Exemplo disso está na atual tentativa de criar o Pronaf sustentável, anteriormente denominado de Pronaf sistêmico. Essa discussão está no prelo desde 2007 e prevê como objetivo inicial, uma supervisão técnica mais individualizada a fim de identificar as potencialidades da família produtora, viabilizando o crédito de modo mais ágil e simples e garantindo um retorno econômico com “respeito” ao meio ambiente. Além disso, a metodologia visa envolver todos os segmentos envolvidos, desde a unidade de produção e vida familiar ao mercado comprador (BRASIL, 2008).

Dado um panorama geral do Pronaf, a seguir serão listadas as operações do Pronaf na Cooperativa em estudo.

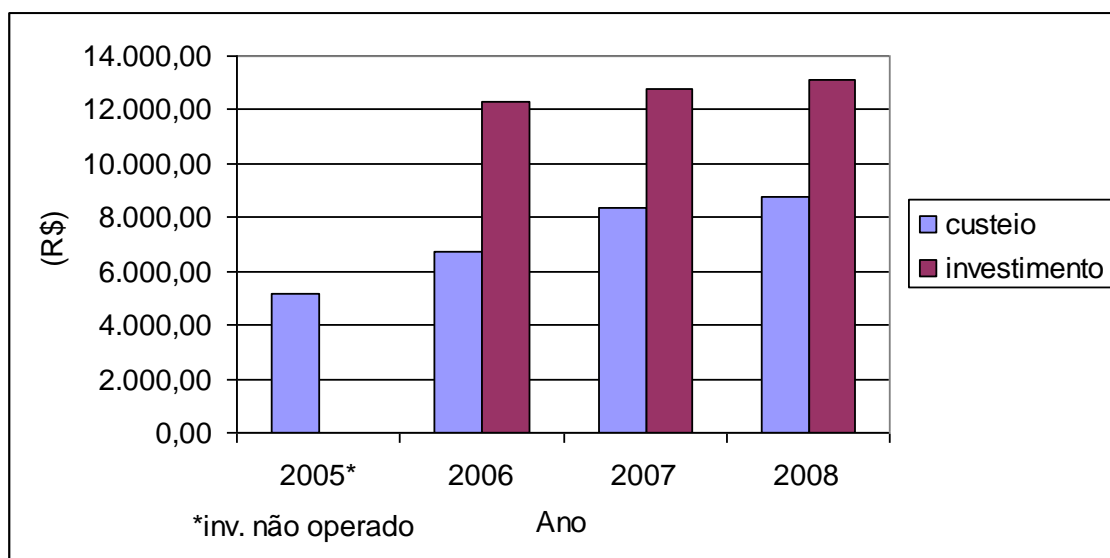
Gráfico 1 - Montantes de repasses do Pronaf custeio e investimento (2005-2008)



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Observando o gráfico 1 , podemos concluir que há um incremento anual dos montantes de Pronaf custeio e investimento aplicados. No ano de 2005 (ano da fundação da Cooperativa) o Pronaf investimento não foi operado. Para o ano de 2009 os dados não foram descritos, devido ao estatuto da cooperativa não permitir divulgação de dados internos antes do evento da Assembléia Geral ordinária (AGO) do respectivo exercício.

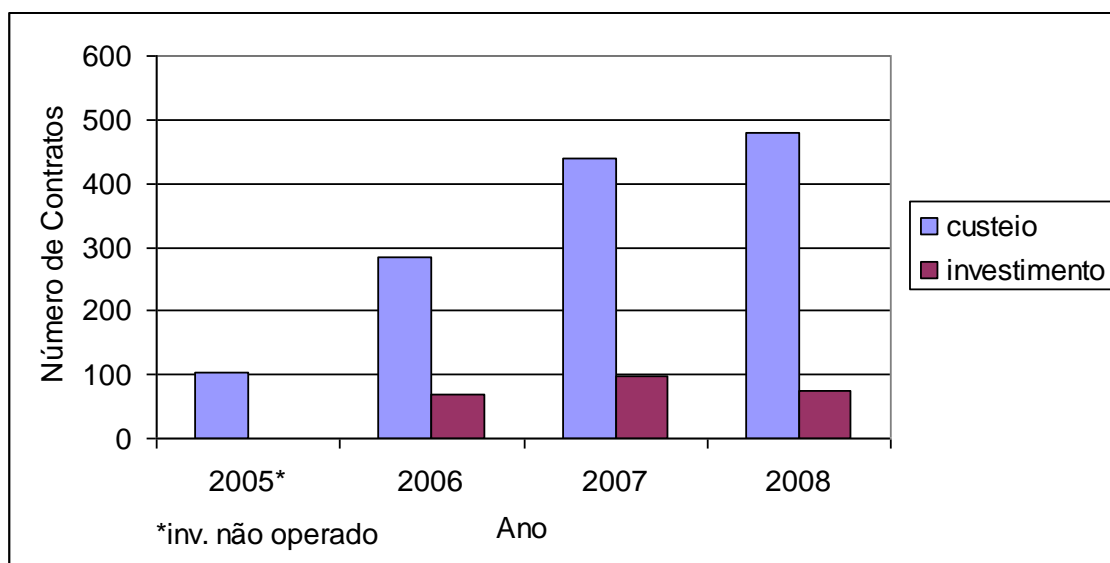
Gráfico 2 – Valor médio por contrato do Pronaf na Cresol AM por modalidade (2005-2008).



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Os contratos de custeio têm seus valores aumentados ao longo dos anos, embora ainda sejam relativamente baixos. Mas comparados a outras regiões do país, como no norte e nordeste, podem ser considerados altos. A modalidade investimento tem mantido certa constância em valores ao longo dos anos. Os montantes dos custeios aumentam a cada ano porque é um financiamento que dura um ciclo produtivo. Já um investimento se caracteriza por perdurar por vários anos, sendo que o mesmo mutuário dificilmente fará um investimento cada ano, mas um custeio é efetuado anualmente (ou em intervalo menor) pelo mesmo mutuário.

Gráfico 3 – Número de contratos de Pronaf na Cresol AM (2005-2008) .



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Para o ano de 2009 a estimativa da cooperativa é de 650 contratos de custeio aproximadamente para um universo mais de 2000 mil sócios. Isso denota que a cooperativa têm muitos sócios que não são necessariamente agricultores⁹. Outra justificativa que corrobora para esse número de contratos de custeio é a cultura de poupar e custear a produção com recursos próprios. Mais de 30 % dos entrevistados afirmou que não tem interesse em fazer custeio ou investimento, mas são sócios para se beneficiar dos demais produtos e serviços da Cooperativa, e principalmente do seu modo de atendimento. O depoimento de uma entrevistada retrata bem essa realidade: “tenho pavor de dívida, se não tiver recurso próprio prefiro não investir”. Isso porque a agricultura tem rentabilidade financeira muito baixa e os riscos associados são grandes, segundo ela.

3.5 O microcrédito operado

A referência histórica para a revolução do microcrédito é a experiência do Grammen Bank do economista Muhamad Yunnus. Surgido no ano de 1976

⁹ A livre admissão de associados será discutida no capítulo 4.

em Bangladesh, a onda do microcrédito se espalhou rapidamente em todo o país e posteriormente em vários países do mundo (BRASIL, 2002).

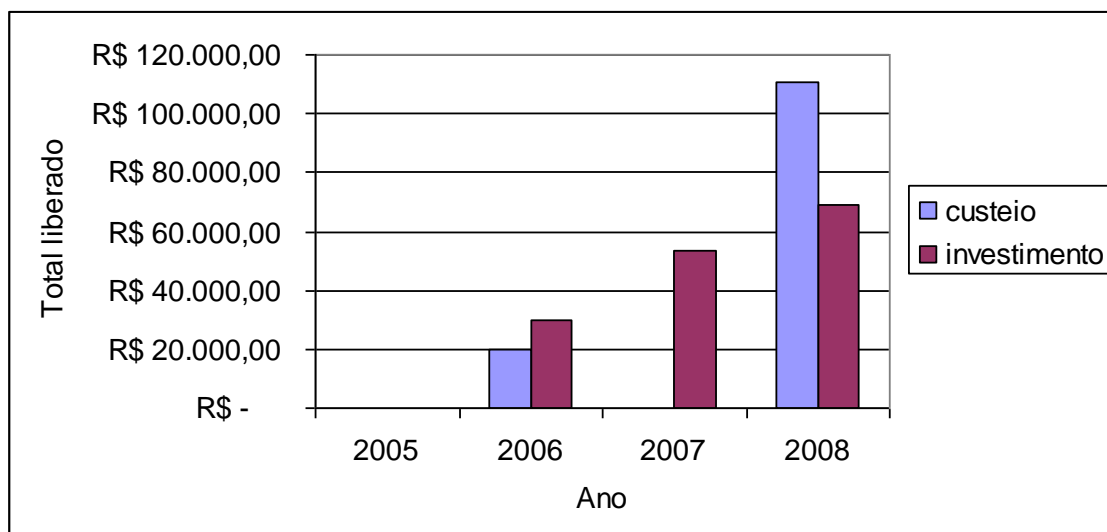
Segundo Cazella e Búrigo (2008) o sucesso da experiência do Grammen Bank (GB) está associado a vários fatores. Entre esses podemos listar como a real demanda de serviços financeiros de pequena monta e altas taxas de inadimplência. A baixa taxa de inadimplência era devido, provavelmente, a preparação dos agentes de crédito, que conheciam a real capacidade de cada tomador. Outro fator que merece ser destacado era o sistema de aval solidário (um avaliza o outro).

Por outro lado, dados recentes mostram que as grandes expectativas iniciais criadas em torno da experiência do micro crédito não foram tão espetaculares, pois a pobreza tem aumentado em muitos lugares. Mas deve-se reconhecer que o micro crédito foi e continua sendo importante instrumento financeiro para a população pobre (CAZELLA; BÚRIGO, 2008).

A Cresol Águas Mornas tem operado com microcrédito, embora o foco não seja o agricultor, porque este já dispõe de linhas específicas, como o Pronaf. A principal fonte de microcrédito tem sido do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As taxas de juros do microcrédito são 18% ao ano, enquanto as do Pronaf estão entre 1 e 2% a.a. para valores de até R\$ 10 mil. Seria um contra-senso custear uma lavoura com microcrédito e não com um Pronaf em que juro é bem mais acessível. Segundo Coelho (2009) o microcrédito tem como foco financiar atividades mais comum em ambientes urbanos como artesanato, corte e costura etc. Na ótica do desenvolvimento territorial, o microcrédito se mostra importante na região de atuação da cooperativa. Muitas vezes o mutuário não é um agricultor e tem um projeto de investimento que requer pequeno volume de recurso, o microcrédito se mostra útil, menos burocratizado e mais ágil, além da taxa de juros ser mais acessível que a de um empréstimo pessoal, por exemplo.

Pelo gráfico 4 podemos ter uma noção do montante de aplicações do microcrédito por ano de exercício na Cooperativa. É notável que no último ano o montante contratado cresceu consideravelmente.

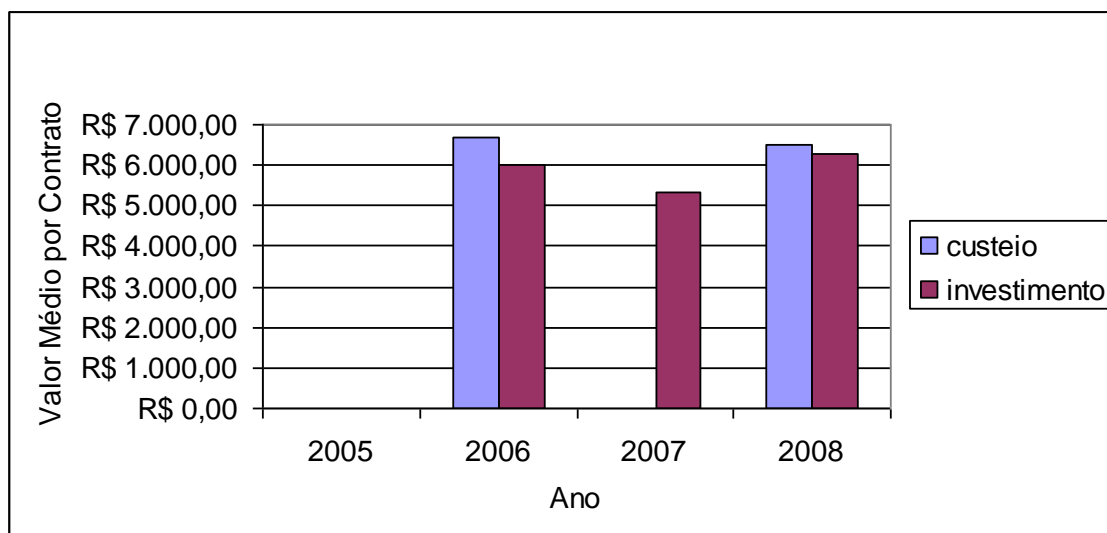
Gráfico 4 – Aplicações de microcrédito (BNDES) na Cresol AM (2005 - 2008).



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

O gráfico 5 deixa claro que a média dos valores dos contratos de micro crédito na Cresol Águas Mornas é superior aos encontrados na literatura, que normalmente está em torno de mil reais ou menos.

Gráfico 5 – Valor médio por contrato de microcrédito na Cresol AM (2005-2008).



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

3.6 Os Programas de Habitação da Cooperativa

O Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH) tem como objetivo atender as necessidades habitacionais do quadro social da cooperativa. Os recursos são provenientes do Ministério das Cidades e da própria cooperativa. O Sistema Cresol busca efetuar parcerias anuais com instituições de fomento como a Caixa entre outras, para financiar habitações na área rural para seu quadro social. A tabela 2 resume as operações efetuadas pela Cresol Águas Mornas nesses programas. Todos os programas tiveram um valor a Fundo Perdido (FP).

Tabela 2 – Nº. de casas construídas por intermédio da Cresol AM (2005-2009).

Ano	Casas construídas	Programa/fonte	Fin./Juros/Prazo (Cresol)
2005	-	-	-
2006	5 casas	PSH – 6 mil a FP	R\$ 3.600,00; 6% a.a.; 72x;
2007	6 casas	PSH – 6 mil a FP	R\$ 3.620,00; 6% a.a.; 72x;
2008	10 casas	COAB – 6 mil a FP	R\$ 3.620,00; 12% a.a.; 72x.
2009	18 casas	PSH – 8 mil a FP	R\$ 5.008,00; 6% a.a.; 72x
2009	28 casas	Caixa – 6 mil a FP	R\$ 6.500,00; 18% a.a.; 72x

Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

É notável o crescimento do número de casas financiadas por intermédio da cooperativa. Em 2009 já foram 48 casas financiadas. Logicamente, o valor não permite construir uma casa com alta metragem quadrada. Mas o intuito é envolver a família na idéia e dar de certa forma uma força encorajadora para que ela atinja o sonho da casa própria de qualidade.

Pela ousadia de se envolver com programas de habitação, pode-se inferir que a Cooperativa está envolvida em sua comunidade de modo sistêmico. Há uma preocupação constante não somente em ofertar produtos e serviços financeiros, mas também em garantir o conforto familiar, a sustentabilidade da agricultura e o crescimento do próprio cooperativismo por meio da formação de novas lideranças etc.

3.6 Relação com o Banco do Brasil

As cooperativas de crédito precisam ter convênio com os bancos para intermediar suas transações financeiras e compensar os cheques. A Cresol Águas Mornas tem convênio com a agência do BB do município de Santo

Amaro da Imperatriz. Além de efetivar as transações financeiras, compensação de cheques, aplicações etc. a Cooperativa opera grande parte do Pronaf via Banco do Brasil.

A relação da cooperativa com os funcionários da agência do BB é considerada boa. Os problemas das relações das cooperativas com os bancos conveniados que são levantados na literatura são, para a cooperativa, de ordem sistêmica. Ao analisar as imposições do Banco do Brasil às cooperativas (e à Cresol Águas Mornas também) estas parecem ser desvantajosas para a Cooperativa. Como salienta Búrigo (2006) a cooperativa precisa arcar com praticamente todos os serviços operacionais e assumir os riscos associados à operação, embora que o Banco do Brasil fique com o *spread*¹⁰.

Prova disso é a política de atendimento e a remuneração (*spreads*) paga à cooperativa pela efetivação das transações do Pronaf. Segundo depoimento de funcionário da Cooperativa, o atendimento por parte do Banco do Brasil melhorou substancialmente depois que a Cresol contratou uma estagiária do Banco do Brasil para efetuar as operações de Pronaf! Búrigo (2006) se deparou com casos semelhantes em outras regiões do país onde o Banco do Brasil exigia que a cooperativa mantivesse um funcionário na agência para fazer as operações do Pronaf, sendo o indicado um ex-estagiário. A tabela 3 ajuda a esclarecer mais a política da relação que o Banco do Brasil mantém com as cooperativas do sistema Cresol.

Tabela 3 - Custos dos créditos de custeio fornecidos pelo Cresol via BB (1996 a 2004).

Safra	valor aplicado (R\$)	Nº. de operações	Taxa serviços BB (R\$)	% do Valor aplic.	Spread do BB (R\$)	% do valor aplic	Rem. Cresol (%)	Spread cresol (R\$)
1996/97	1.150.000	764	132.172	11,5	28.750	2,5	0	0
1997/98	2.630.000	1.628	268.620	10,2	39.462	1,5	0,5	13.144
1998/99	4.109.000	2.873	474.045	11,5	34.269	0,8	1	34.228
1999/00	13.400.000	8.000	1.224.000	9,1	150.000	1,1	1,5	92.500
2000/01	18.100.000	9.682	1.384.526	7,6	1.124.495	6,2	1,5	281.875
2001/02	21.632.000	10.352	1.481.371	6,8	1.140.006	5,3	2	540.800
2002/03	34.432.000	15.715	1.695.334	4,9	2.919.834	8,5	2,5	860.800

¹⁰ Segundo Bittencourt (2001) *spread* é o diferencial entre o custo de captação dos recursos e as taxas cobradas nos financiamentos realizados. Também é chamado de spread o percentual repassado pelo agente financeiro a título de remuneração pelos serviços realizados em uma operação de crédito. Visa cobrir os custos operacionais do agente repassador de crédito, aí embutidos os custos administrativos, os impostos e uma determinada taxa de inadimplência.

2003/04	76.391.417	23.744	1.986.177	2,6	6.403.800	8,4	3,8	2.902.873
TOTAL	171.844.000	72.758	8.646.245	5,0	11.840.616	6,9	-	4.726.220

Fonte: Búrigo, 2006.

Os dados da tabela 3 se referem ao Sistema Cresol até o ano de 2004. Atualmente, a Cresol Águas Mornas está recebendo 3% sobre os repasses do Pronaf feitos com o BB e do BNDES. Esta taxa é paga em duas parcelas: 1% no momento da liberação do dinheiro e 2% ao amortizar o empréstimo. Segundo a direção da Cooperativa, os *spreads* da safra 2008-2009 ainda não tinham sido pagos até setembro de 2009.

Segundo Junqueira *apud* Búrigo (2006) no custeio efetuado pelo Cresol via BB na safra de 2001-2002 (grupo C), o governo federal gastou R\$ 4,7 milhões nos seguintes itens: taxa de administração, *spreads*, rebates e equalização de juros. Isso representa 37,7% do dinheiro aplicado nessa modalidade de crédito. Para ficar mais claro, de todo o dinheiro que saiu dos cofres públicos, cerca de 48,6% foi para o agricultor, 44,9% foi para o BB e apenas 6,5% foi para o Cresol.

A governança do BB se justifica em parte por se tratar de instituição do tipo S.A., que visa lucros a qualquer custo, pois os acionistas esperam bons rendimentos, caso contrário drenariam seus recursos para outros investimentos. Mas segundo Búrigo (2006) o surgimento das cooperativas de crédito fez com que o Banco do Brasil melhorasse o seu atendimento em muitos locais, em razão da competição.

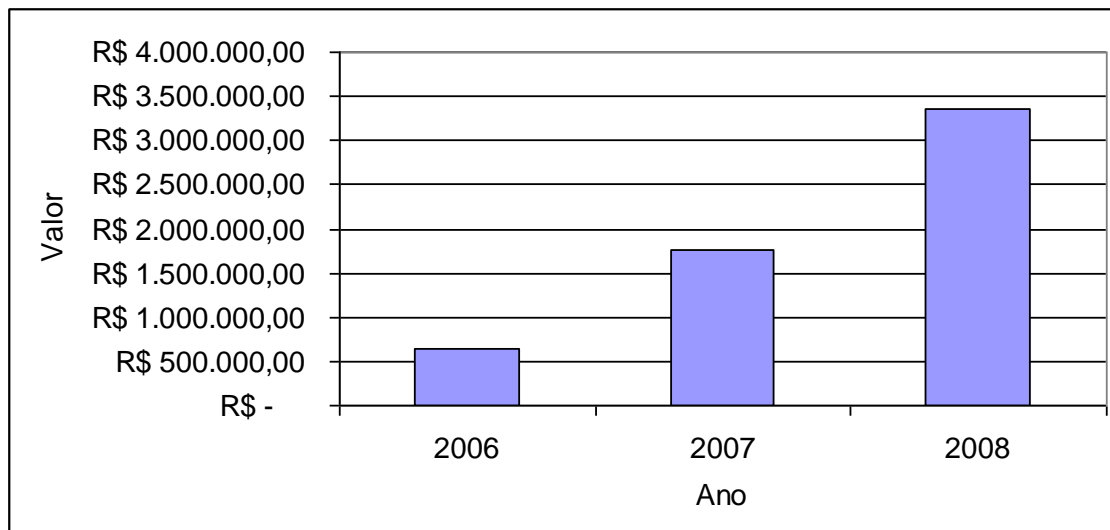
3.7 Alguns índices sobre a atuação da cooperativa

Os dados já descritos acima mostram que em pouco tempo a Cooperativa tem formado uma base bastante sólida na região onde atua. Isso demonstra que os sócios estão confiando seus serviços à instituição, e a instituição, por sua vez, vem retribuindo com a prestação de um serviço de qualidade e bom comprometimento.

Os dados dos empréstimos compilados no gráfico 6 ajudam a fundamentar esse sucesso. Com base nesses valores, fica fácil mostrar a importância socioeconômica da Cooperativa, pois seria certamente impossível

pensar que agricultores familiares tivessem acesso a esses montantes de créditos em instituições bancárias tradicionais.

Gráfico 6 – Evolução dos montantes dos empréstimos pessoais na Cresol AM (2006 – 2008).



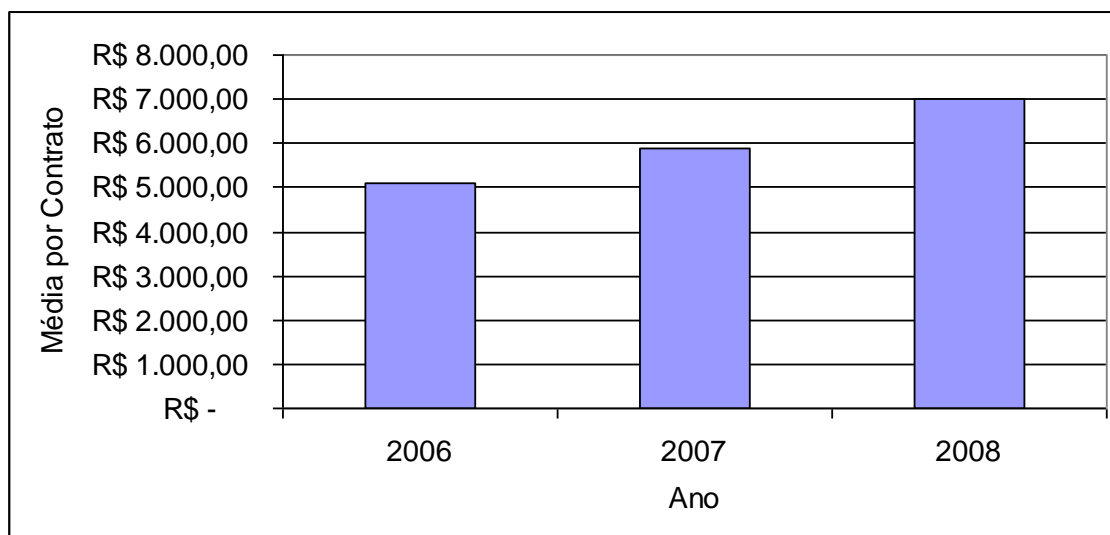
Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que o fundo de crédito dos empréstimos pessoais vem do Patrimônio Líquido (PL). Patrimônio Líquido é definido como a soma de todas as cotas partes dos sócios. Existe ainda o PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) que engloba de todas as cotas partes mais as sobras diminuindo-se deste o valor total das despesas até uma determinada data do exercício anual.

A ideia de se estabelecer cotas para os sócios tomar empréstimos é a mola mestra do cooperativismo de crédito, desde o seu surgimento na Alemanha. Isso significa que para ter direito a qualquer crédito o sócio de uma cooperativa de crédito deverá ter um percentual desse valor em cotas partes. No caso do Sistema Cresol, o valor da cota é de dez por cento (10%) do crédito a ser adquirido na Cooperativa. Para exemplificar, um sócio que tenha R\$ 1.000,00 em cotas poderá tomar R\$ 10.000,00 em empréstimos, seja de recursos próprios ou de recursos oficiais. É com o empréstimo dessas cotas que a cooperativa paga parte de seus custos operacionais. Além desses ganhos a cooperativa recebe os chamados *spreads* pelo recebimento de boletos e repasse de recursos oficiais aos sócios. As cotas não rendem juros, apenas eventuais sobras são somadas, proporcionalmente à movimentação financeira, se assim for decidido na AGO do respectivo exercício.

A existência de uma linha de créditos pessoais traduz uma necessidade dos sócios. Note que tanto o montante quanto o valor médio dos contratos (gráfico 7) tem aumentado a cada ano. O alto valor médio dos contratos pode indicar que a Cooperativa atua numa região cuja socioeconomia é bem desenvolvida.

Gráfico 7 – Valor médio por contrato dos empréstimos pessoais na Cresol AM (2006 – 2008).

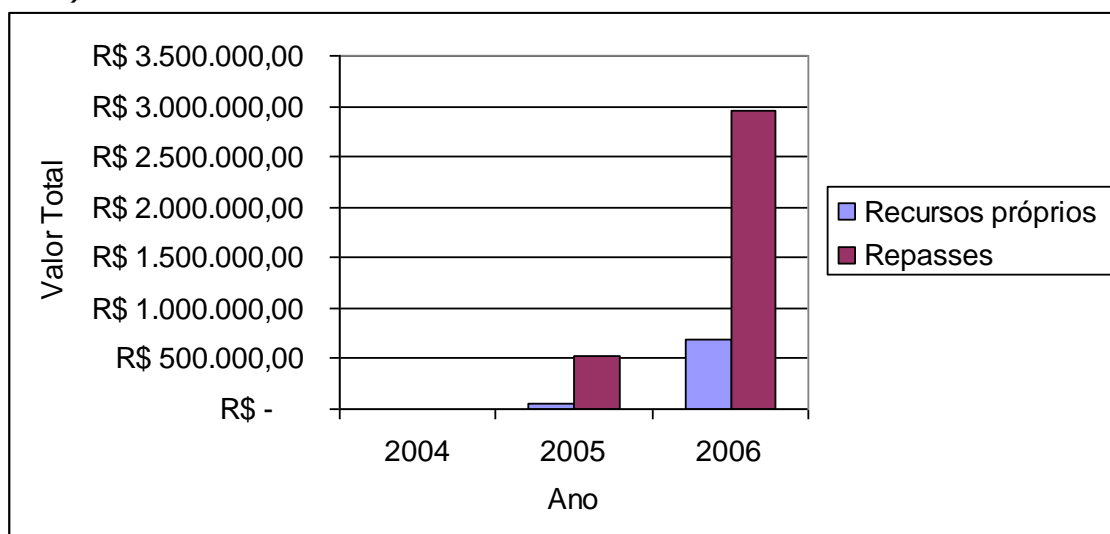


Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Os gráficos a seguir (8 e 9) representam os resultados da Cooperativa entre os anos de 2005 e 2006. Estes dados foram publicados na Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2007. Com base nestes dados podemos ter noção sobre a atuação da cooperativa nos dois primeiros anos. O número de sócios mais que duplicou a cada ano. O crescimento se mantém até os dias atuais, sendo que a carteira de empréstimos para 2009 está próxima dos 20 milhões de reais, para um quadro social de 2,2 mil sócios, segundo previsão da direção.

Pelo gráfico 8 pode-se enumerar a importância da atuação da cooperativa em repassar recursos oficiais ao quadro social. Isso fortalece ambas as partes; o sócio e a instituição.

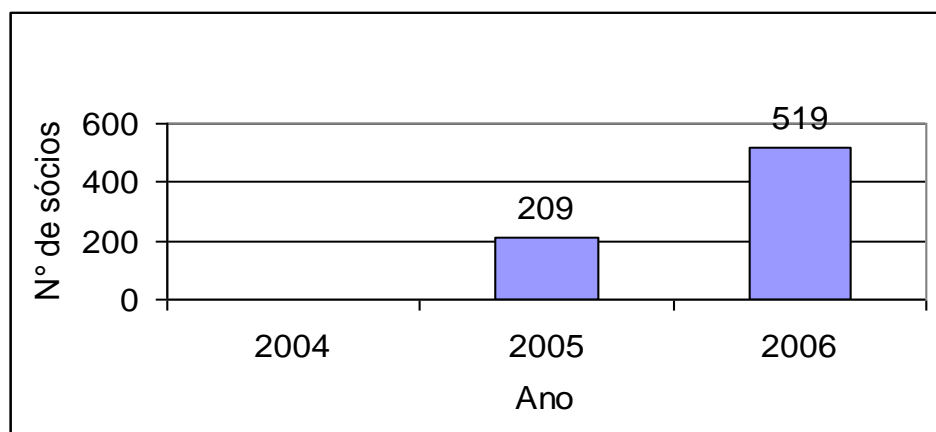
Gráfico 8 – Carteira de empréstimos da Cresol Águas Mornas (2005 e 2006).



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Pelo gráfico 9 nota-se que o quadro social dobrou entre o primeiro e o segundo ano. Esse comportamento tem se mantido nos dias atuais devendo se manter por um bom tempo, dada a boa visão das autoridades e agricultores não-sócios a respeito da organização.

Gráfico 9 – Evolução do quadro social na Cresol AM (ago. de 2005 a dez. de 2006).



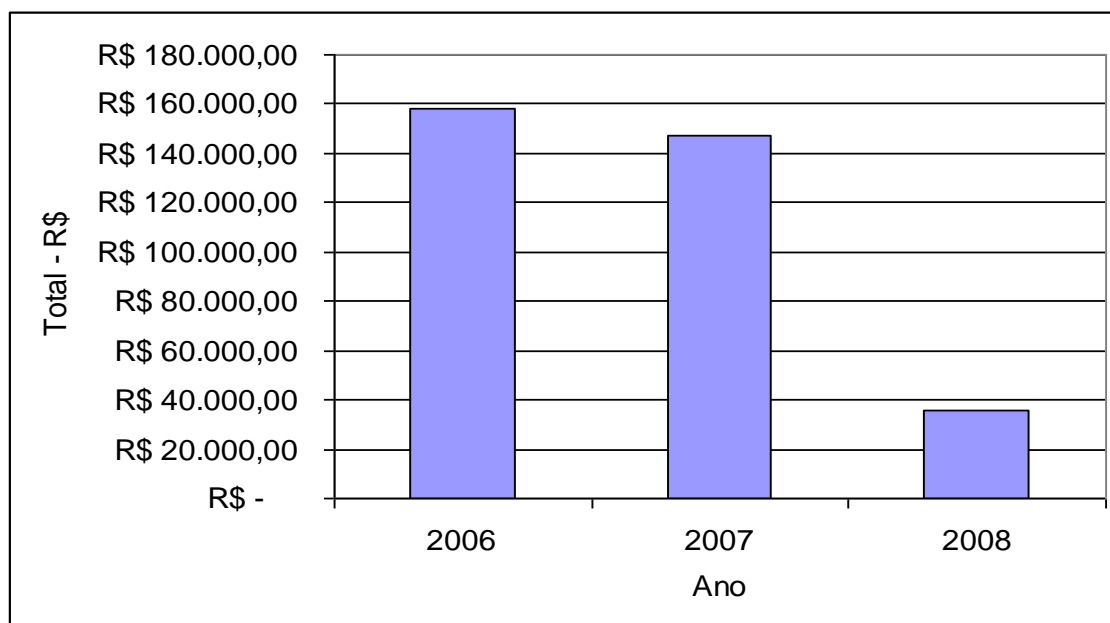
Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Um problema identificado nas entrevistas junto aos sócios que se soma à reação de muitos mutuários na hora da contratação de um empréstimo é a necessidade da cota capital. Percebeu-se que muitos mutuários não têm noção sobre a necessidade das cotas. Outra constatação é que os bancos não cobram cotas para repassar dinheiro oficial. Dessa forma muitos migram para

os bancos devido a isso, embora pareça ser vantajoso ao mutuário integralizar as cotas e custear ou investir via a Cooperativa. No caso da Cresol Águas Mornas, as cotas podem ser financiadas sem juros com prazo de 6 anos e teto de R\$ 10.000,00. O custo desse dinheiro para a cooperativa é de 1 TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo), que atualmente está em 6%, mais quatro por cento (4%) ao ano, totalizando um custo de 10% ao ano, aproximadamente. Como a Cooperativa trabalha com esse dinheiro na forma de CACs (Contratos de Abertura de Crédito) entre outras aplicações, a não cobrança de juros é vantajosa para a Organização. Além disso, as cotas reverterem ao mutuário, enquanto as taxas pagas, no caso de o mutuário efetuar um empréstimo via BB, por exemplo, podem consumir valor superior ao da cota, quando o financiamento for superior a 5 anos ou mais, segundo cálculo feito pela Cooperativa.

Nesse âmbito, a Cooperativa conseguiu uma forma de financiar as cotas capitais, em que o mutuário tem se contentado satisfatoriamente. Pelo gráfico 10 podemos ver que o montante de cotas-capital (Cresolcap) financiadas por ano de exercício tem diminuído nos três primeiros anos de atuação da cooperativa.

Gráfico 10 – Montantes do modelo de crédito Cresolcap financiadas pela Cresol AM (2006 – 2008).



Fonte: Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

A redução observada não significa que o PL da cooperativa tenha se estagnado, pois muitos mutuários integralizam suas cotas com recursos próprios. Além disso, um dado valor em cotas já permite ao sócio obter novos empréstimos com o mesmo valor a cada ano, desde que o empréstimo anterior seja amortizado.

Por outro lado, as estimativas da Cooperativa prevêem um montante de financiamento de cotas-capital para mais de meio milhão de reais para o ano de 2009. Segundo informações da direção da cooperativa o PL da instituição no final de 2009 deve se aproximar dos três milhões de reais.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A idéia de se fazer entrevistas a campo partiu da necessidade de se saber o grau de satisfação sobre o trabalho da cooperativa. Os motivos da satisfação ou insatisfação também precisavam ser conhecidos. Para tanto foram escolhidos três perfis de pessoas.

Os entrevistados foram divididos em agricultores sócios, não-sócios e autoridades locais do STR, secretaria da agricultura ou agente de Ater da Epagri. Considera-se que esses perfis tenham uma ligação mais direta com as famílias de agricultores, tendo, portanto maior preparação para responder por elas.

Primeiramente será apresentado uma abordagem da opinião dos sócios entrevistados. O quadro 2 compila os resultados encontrados. O questionário pode ser visto no anexo 1.

Ao observar o quadro 2, observam-se duas colunas. A primeira sintetiza as perguntas feitas aos agricultores sócios e a segunda as respostas. As respostas foram listadas e depois o percentual de cada resposta foi calculado em relação ao total dos sócios entrevistados para aquela pergunta.

Quadro 2 – Síntese das respostas das entrevistas para agricultores sócios da Cresol AM.

Questionamento	Principais Respostas
	- melhor atendimento, menos filas

Motivo pelo qual se associou.	- crédito - taxas e tarifas baixas
Suas expectativas têm sido atendidas?	- sim = 100%
Qual a fonte de crédito antes da cooperativa?	- BB – 38,46% - Besc – 30,76% - recursos próprios – 30,76%
Qual serviço/produto que mais acessa na cooperativa?	- pagamento de boletos e outras contas - Pronaf - poupança/aplicação - cheques e empréstimo pessoal
Já teve dificuldade em liquidar empréstimo?	- sim – 8,33% - não – 91,67%
Com relação ao Pronaf, qual a sua categoria (C, D, E...)?	- C – 8,33% - D – 8,33% - E – 16,66% - não sabe/não lembra – 66,66%
Qual a sua avaliação do Pronaf?	- é bom – 41,66% - não conhece muito – 33,33% - demora pra sair – 16,66% - parece ser bom - 8,33%
Qual conceito você daria para o atendimento na cooperativa?	- excelente – 8,33% - ótimo – 50% - bom – 41,66% - regular/ insatisfatório – 0%
Você sugere qual mudança na cooperativa.	- nada a requerer – 58,33% - mais segurança – 25% - menos papéis/burocracia – 8,33% - evitar mudança de funcionários – 8,33%
Das premiações regulares, o que você pensa disso?	- é bom - é criativo - estimula poupança

Fonte: Agricultores Sócios da Cresol Águas Mornas; elaborado pelo autor.

Muitas das respostas são, de certa forma, previsíveis como, por exemplo, os motivos pelos quais os agricultores se associaram. Pode-se afirmar que os sócios tiveram suas expectativas atendidas em 100% nas três

expectativas que foram elencadas mais vezes: atendimento/filas, créditos e taxas/tarifas.

Uma constatação relevante foi a de que muitos sócios não estão bem esclarecidos sobre o Pronaf. Somente 41,66% dos entrevistados deram conceito bom para o Programa. Isso não quer dizer que os demais fazem uma má avaliação, mas afirmam ter pouco conhecimento acerca do mesmo (33,33%). O apontamento sobre a demora para a liberação do dinheiro não é novidade. Mattei (2007) já demonstrou os problemas da tramitação dos recursos pelas instituições financeiras até chegarem às mãos do público alvo.

O quadro 3 mostra os principais apontamentos feitos pelos agricultores não-sócios entrevistados. Merece destaque a boa imagem que os não sócios têm da cooperativa. Muitos têm interesse em se tornar sócio, principalmente para acessar o Pronaf. Outro ponto a relevar é o pouco tempo de atuação da cooperativa, principalmente nos municípios onde há (PACs). Como um próprio entrevistado admitiu, existe certo receio em instituição como cooperativas, devido a problemas passados ocorridos com outras organizações semelhantes. Muitos preferem esperar a instituição tornar-se mais sólida para se associar.

Quadro 3 – Opinião de agricultores não-sócios da região de atuação da Cresol AM.

Questionamento	Resumo das Respostas
Você conhece a Cresol Águas Mornas?	- sim – 80% - não – 20%
Se conhece, porque não é sócio?	- pretendem ser sócio – 50% - não gosta da gestão – 25% - atua pouco tempo no local - 25%
O que tem ouvido falar da cooperativa?	- elogios – 50% - não têm ouvido falar nada (50%)
Qual a sua relação com os bancos?	- custeio BB – 50% - só poupança – 50%

Fonte: Trabalho de campo.

O quadro 4 informa a imagem eu as autoridades tem da Cooperativa. A grande maioria das autoridades tem uma constatação muito positiva da

cooperativa. Alguns apontamentos feitos pelas autoridades merecem destaque. A sugestão de deixar os sócios mais esclarecidos sobre as regras dos contratos retrata também a constatação feita junto aos sócios quando foram perguntados sobre o Pronaf. Muitos afirmaram não ter conhecimento suficiente para avaliar o Programa, ou simplesmente exprimir uma opinião. Certamente essa responsabilidade não é só da organização, mas também do sócio em procurar os serviços de Ater ou buscar ter um contato mais constante com os funcionários e agentes de crédito da cooperativa.

Um esforço parabenizável da cooperativa (e do Sistema Cresol) é a oferta de cursos sobre cooperativismo para integrar o quadro social à Cooperativa. Embora a procura pareça não ser muito expressiva, essa iniciativa deve gerar efeitos positivos, principalmente no que tange a participação mais efetiva dos sócios na cooperativa.

Quadro 4 – Resumo das respostas das autoridades sobre a Cresol AM.

Perguntas	Resumo das respostas
Tem acompanhado os trabalhos da Cresol AM aqui no município?	- sim – 87,5 % - não – 0,00% - em partes – 12,5%
Qual mudança você tem notado?	- satisfação, comodidade - desenvolvimento - acesso ao crédito - criou mais alternativa - casas, tratores etc. [!] - melhor atendimento e menos burocracia
Em sua opinião, a cooperativa (Cresol) fomenta o desenvolvimento e o acesso ao crédito?	- sim em 100% das respostas
Você sugere mudanças?	- mais assistência técnica e divulgação - deixar os sócios mais esclarecidos dos contratos e da cooperativa
Você recomenda os agricultores se associarem?	- sim – 75% - não – 12,5% - não influenciaria, apenas daria eventual esclarecimento acerca da cooperativa – 12,5%.

Fonte: Autoridades dos municípios de atuação da cooperativa; elaborado pelo autor.

Um alerta feito por uma autoridade entrevistada merece ser destacada. Segundo ele, é preciso ter um cuidado constante para que a cooperativa não tenha uma postura paternalista (seletiva). Isso porque tal postura levaria a cooperativa para um caminho pouco diferente das atuais instituições financeiras privadas ou públicas (bancos). Essas organizações escolhem os clientes que querem atender.

A seguir será feita uma abordagem da situação sociofundiária das famílias agricultoras entrevistadas. Uma questão que abrange os principais aspectos de uma Unidade de Produção e Vida Familiar foi elaborada e uma síntese das respostas está no quadro 5.

Quadro 5 – Inventário das propriedades dos agricultores entrevistados.

Pergunta	Resumo das Respostas
Tamanho da propriedade	De 0 a 15 ha. – 61,11% De 16 a 30 ha. – 11,11% De 31 a 50 ha. – 16,65% Mais de 50 ha. – 11,11%
Principais atividades desenvolvidas	Olericultura Fruticultura (morango e tomate) Milho-verde etc.
Nº. de membros da família que trabalham na propriedade	Até 2 – 77,77% Mais de 2 – 22,22%
Outra fonte de renda da família além da agricultura	Não tem – 61,11% Pensão – 11,11% Outra – 27,77%

Fonte: Trabalho de campo.

Pelo quadro acima podemos observar que as propriedades são de pequeno porte, típicas da agricultura familiar. As principais atividades desenvolvidas pelas famílias da região de atuação da cooperativa são a olericultura, fruticultura não-perene (morango e tomate). Entre as de menor expressão estão milho verde, tangerinas, pecuária de leite e aves etc. A produção destina-se ao abastecimento da grande Florianópolis, sendo que a maioria dos agricultores comercializa a sua produção na Central de

Abastecimento de Santa Catarina (Ceasa – SC) de modo independente, sem a figura do atravessador.

Outro fato relevante é a fuga dos jovens das atividades agrícolas. Na grande maioria das famílias os jovens apenas moram com os pais, mas tem sua fonte de renda em trabalhos urbanos, não dependendo da atividade agrícola. A pluriatividade também se mostrou presente. Uma parcela considerável das famílias tem uma segunda fonte de renda (~28%).

A fuga dos jovens da atividade agrícola também ficou evidente nas entrevistas a campo. Apenas 5,88 % eram jovens e com menos de 25 anos de idade que tinham como fonte de renda única a agricultura, e 76,5 % dos agricultores tinha mais de 40 anos de idade. Ou seja, quanto mais jovem, menor é a dedicação à atividade agrícola. Isso indica que essa região está caminhando para contos com índices similares aos europeus, onde em torno de 5 % da população vive da agricultura.

4.1 Conclusões e recomendações

Considerando que a idéia central do presente trabalho foi verificar se a recente experiência do cooperativismo solidário, tem surtido efeitos do ponto de vista socioeconômico nos municípios de atuação da Cresol Águas Mornas, pode-se afirmar que a cooperativa está fazendo a diferença. Isso com base na opinião dos agricultores sócios e autoridades, principalmente.

Os números da Cooperativa praticamente dobram a cada ano, em termos de volume de recursos aplicados e novas associações. Como os investimentos são a mola mestra para que um dado território se desenvolva economicamente, pode-se concluir que os crescentes montantes de recursos investidos pelos agricultores em suas propriedades por intermédio da cooperativa, estão gerando desenvolvimento.

Com relação à autorização do BACEN de transformar cooperativas de crédito rural em cooperativas de livre admissão, há uma recente discussão de nesse sentido. As cooperativas que mais crescem no país são as de livre admissão. Isso não quer dizer que é a melhor forma de se fomentar o cooperativismo. Dado ainda que a inserção de indivíduos de diferentes ramos

econômicos pode gerar conflitos de interesses, principalmente quando a gestão será compartilhada com indivíduos de origens diferentes da agricultura. Para Bittencourt (2009) experiências de livre admissão com algumas cooperativas devem ser implantadas. Por outro lado, a Cooperativa de Águas Mornas é recente e tem grande potencial de crescimento no meio rural da região. Além disso, já é estatutário que qualquer que seja a profissão de um parente de agricultor este pode se associar. Como em pequenas cidades grande maioria dos trabalhadores urbanos tem parentesco com os trabalhadores rurais, é possível associar quase toda população à organização.

Considerando o exposto acima, a transformação da cooperativa em livre admissão não é recomendável, ao menos, no curto prazo tendo em vista que há um grande público de agricultores familiares na região de abrangência da cooperativa que não são assistidos por serviços financeiros de qualidade. Além disso, estes segmentos possuem um perfil mais compatível para ser sócio de uma Cresol.

Um dos fatores que pesa muito no sucesso de uma cooperativa de crédito é a identidade dos sócios. Além disso, os dirigentes devem conhecer a realidade do quadro social, para facilitar as operações de crédito. Numa organização com crescimento muito expressivo um problema insignificante pode se tornar grande num curto espaço de tempo. Como a Cresol Águas Mornas está apresentando um crescimento vertiginoso, uma atenção focada nesse sentido não pode ser desconsiderada. É importante que no futuro de curto ou longo prazo o precioso capital-social da instituição não se desfaça.

A Cresol Águas Mornas não oferece assistência técnica (Ater) para as atividades que financia. Recomenda-se que a Cooperativa busque uma maior presença nas atividades financiadas, a fim de garantir o sucesso dos financiamentos para os seus sócios.

Não foi escopo principal do presente trabalho identificar incorreções nos trabalhos da organização, mas sugere-se mais empenho em alguns processos, como por exemplo, erros de unidades nos cadastros socioeconômicos, contratar seguros para financiamentos e não fazer os devidos laudos a campo, que são necessários no caso de acionamento, foram falhas observadas.

Por fim, a Cooperativa precisa discutir a formação de novas cooperativas a partir de seus PACs. Isso porque o quadro social cresce muito e já está além do recomendado (~2,2 mil) para uma Credi, que é de 800 a 1000 sócios para se ter bom controle administrativo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. **Uma Aproximação Semântica aos Conceitos de Urbano, Rural e Cooperativa**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Maio-Agosto, 2004, Vol. 20 n. 2, pp. 175-182.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ÁVILA, V. F. **Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL)**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) – MDA. Brasília, 2001. Ed. Lid Gráfica. 143 p.

BITTENCOURT, G. A. **Desafios e Oportunidades para o Sistema Cresol**. IN: Curso de Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. 112 p.

BITTENCOURT; G. A.; ABRAMOVAY; R. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. Revista Economia Ensaios – Vol 16, nº 1: no prelo, 2003.

BRASIL. **Cartilha Sobre Projeto Governança Cooperativa**. Disponível em <<http://www.bcb.com.br/?GOVCOOP>>

BRASIL. **Introdução ao microcredito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRASIL. **Plano Agrícola e pecuário 2009/2010**. Brasília, 2009. 73 p.

BÜCHELE, F. A. **Cooperativismo de Crédito: Um instrumento indispensável para o desenvolvimento sustentável da economia**. Revista Agrop. Cat. Vol. 18, n. 1 março 2005.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

BÚRIGO, F. L. et. al. **O processo de constituição de crédito rural solidárias no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a. v. 1. 34 p.

BÚRIGO, F. L. et. al. **Guia para constituição de cooperativas de crédito rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006b.

BÚRIGO, F. L. **Inclusão financeira e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: Fórum DRS/IICA, 2008.

BÚRIGO, F. Luiz. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Florianópolis, 2006c. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em < <http://www.nesfi.ufsc.br>>.

CAZELLA, A. A., BONNAL, F., MALUF, R. S. (Organizadores). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

- CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. **Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais Estratégicos de Natureza Multisetorial**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). No prelo, 2008.
- CONFEBRAS. **Curso de Formação em cooperativismo**. Curso *on line*, 2009.
- CORTEGOSO A. L.; PORTO, V. C. F. C. **Comportamento Humano e Normas de Conduta em Economia Solidária**: Relato de Experiência - Psicologia: Teoria e Pesquisa, Out-Dez 2007, Vol. 23 n. 4, pp. 449-456.
- COUTINHO, M.C.; RODRIGUES, H.B.C.; BEIRAS, A.; PICININ, D.; LÜCKMANN, G.L. **Novos caminhos, Cooperação e Solidariedade: a Psicologia em Empreendimentos Solidários**. Psicologia & Sociedade; 17 (1): 17-28; jan/abr.2005.
- D'ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003, 66p.
- FERREIRA, V.; LEITE, A. S.; GALLO, Z. **Economia Solidária: Estratégia de Inclusão Social em São Jose do Rio Preto – SP**.
- FRANÇA FILHO; G. C. **A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE : ANPAD, 2002. 1 CD.
- FRANTZ, W. **As Diferentes Dimensões da Organização Cooperativa**. IN: Curso de Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. 112 p.
- COELHO, M. B. **A Importância do Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Econômico-Social**. IN: Curso de Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009. 112 p.

- GONÇALVES, A. F.; **Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos.** Rev. Katál. Florianopolis v. 11 n. 1 p. 132-142 jan./jun. 2008.
- GUANZIROLLI, C. E. **Pronaf: Balanço de uma Década.** Revista Marco Social. Rio de Janeiro. Mauad. Vol. 09 nº 01/2007.
- GUILHOTO, J. J. M.; ISHIARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C. A. **Agricultura Familiar: Contribuindo para a Riqueza Nacional.** Revista Marco Social, Vol. 09 nº 01/2007.
- HALL, A. **História e Concepção do Cooperativismo.** IN: Curso de Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafisul, 2006. 85 p.
- IDE, R. M. **Uma Anáise das Diferentes Noções do Cooperativismo na Perspectiva Construcionista.** Revista Psicologia & Sociedade; 17 (2): 70-78; mai/ago.2005.
- IDE, R. M.; **Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista.** Psicologia & Sociedade; 17 (2): 70-78; mai/ago.2005.
- KREUSCH, V. **Cooperativismo: alguns detalhes no decorrer do tempo.** Francisco Beltrão, 2009. Ed. Grafit, 218 p.
- LECHAT; N. M. P. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Civitas – Revista de Ciências Sociais Ano 2, nº. 1, junho 2002.
- LIMA CALDAS, E.; **Experiências de micro crédito 1.** in XXIII ENANPAD – Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração. ANPAD. 1999.

- LIMA, R. A. S. **Efeitos dos Custos de Transação para o Tomador no Volume de Operações de Crédito**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Ribeirão Preto: 2005. 16 p.
- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. – Brasília: Ministerio do Desenvolvimento Agrário, Nucleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. MDA/NEAD – Brasília, 2009. 136 p.
- MATTEI, L. **Uma Política Econômica e Social para o Meio Rural Brasileiro**. Revista Marco Social. Rio de Janeiro. Mauad. Vol. 09 nº 01/2007.
- _____. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo. Ed. Ática, 2001. 343p.
- OLINGER, G. **Considerações Sobre Planejamento e Avaliação em Serviços de Extensão**. Florianópolis: Epagri, 2006. 64p.
- PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: Historia da Evolução Normativa no Brasil**. Brasília, 2008. 6ª ed. BCB. 92 p.
- RODRIGUES, R. V.; DE CASTRO, E. R.; TEIXEIRA, E. C.; **Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 139-162, jan./mar 2007 – Impressa em março 2007.
- SARRIA ICAZA; A. M. **Economía solidaria, prácticas cooperativas y desarrollo local en el sur de Brasil**. CIRIEC-ESPAÑA Nº EXTRAORDINARIO 43/2002.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e Descentralização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Ufrgs, 2004.

SCHNEIDER, S., SILVA, M. K., MARQUES, P. E. M. (Organizadores). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: ed. da Ufrgs, 2004.

SCOPINHO; R. A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007.

TAUILE; J. R.; **do capitalismo de mercado à economia solidária**. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 6(1): 107-122, jan./jun. 2002.

TOUILE, J. R. **Do Socialismo de mercado a Economia Solidária**. *Rev. Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 6 (1): 107 – 122, jan./jun. 2002.

VILELA, D. L.; NAGANO, M. S.; MERLO, E. M. **Aplicação da Análise Envoltória de Dados a Cooperativas de Crédito Rural**. *RAC*, 2a. Edição Especial 2007: 99-120.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. **Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o micro crédito na era FHC**. *RAP Rio de Janeiro* 41(2): 369-80 Mar./Abr. 2007

6 ANEXOS

6.1 - Anexo 1 - Questões para agricultores sócios

Local: _____

Data: _____

Nome entrevistado: _____

Profissão: _____

Idade: _____ Sexo: _____

1. Breve inventário da propriedade: tamanho da propriedade; principais atividades desenvolvidas; número de membros da família que trabalham na propriedade mesmo que em tempo parcial e se tem outras fontes de renda além da agricultura, mesmo que seja trabalho de filhos, genros/noras ou esposa que residam no estabelecimento...
2. Desde quando você é sócio da Cresol Águas Mornas?
3. O que levou você a ser sócio da cooperativa, quais foram suas expectativas iniciais?
4. Até o presente momento as suas expectativas têm sido atendidas?
() sim () não
5. Em caso negativo, porque não?
6. Como era seu acesso ao crédito antes da cooperativa? Trabalhava com bancos, fazia empréstimos com terceiros (comerciantes, agiotas...)?
7. Que tipo de produto e/ou serviço você costuma acessar com mais frequência na cooperativa?
8. Você já teve alguma dificuldade em liquidar algum financiamento feito na cooperativa?
() sim () não
9. Em caso afirmativo, por qual motivo você teve dificuldade em liquidar seu financiamento?
10. E qual era a modalidade de financiamento (custeio, investimento, crédito pessoal etc.)?
11. Em relação ao Pronaf: desde quando acessa esse programa, qual era a sua categoria (C, D ou E). Qual a sua avaliação desse programa?
12. Com relação ao atendimento na cooperativa, qual conceito você daria?
() ruim () regular () bom () ótimo () excelente
13. O que você gostaria que mudasse na cooperativa?
14. O que mudou na sua propriedade depois de ser sócio da cooperativa?
15. Para estimular a poupança a Cresol tem premiações regulares, o que você pensa disso?

6.2 - Anexo 2 - Questões para agricultores não-sócios

Local: _____

Data: _____

Nome entrevistado: _____

Profissão: _____

Idade: _____ Sexo: _____

1. Breve inventário da propriedade: tamanho da propriedade; principais atividades desenvolvidas; número de membros da família que trabalham na propriedade mesmo que em tempo parcial e se tem outras fontes de renda além da agricultura, mesmo que seja trabalho de filhos, genros/noras ou esposa que residam no estabelecimento...

2. Você conhece a Cresol Águas Mornas?

() sim () não

3. Em caso afirmativo, porque você não é sócio da cooperativa?

4. O que você tem ouvido falar da cooperativa?

5. Você pretende se associar na Cresol Águas Mornas?

() sim () não

6. Por qual (s) motivo (s)?

7. Você tem observado mudança na dinâmica socioeconômica do município depois da atuação da cooperativa?

() sim () não

8. Em caso afirmativo, qual mudança você tem observado?

9. Qual a sua relação com os Bancos? Tem conta/poupança com qual banco? Acessa o Pronaf e qual a modalidade? O que faz com as economias (poupança) da família? Quando precisa de um pequeno financiamento como procede (vende algum animal, toma emprestado de terceiros, do banco ou tem outra alternativa)

6.3 - Anexo 3 - Questões para autoridades locais (STR, Epagri, Sec. Agricultura).

Local: _____

Data: _____

Nome entrevistado: _____

Profissão: _____

Idade: _____ Sexo: _____

1. Você tem acompanhado os trabalhos da Cresol Águas Mornas aqui no seu município?
() sim () não
2. Qual (s) mudança (s) que você tem notado depois da atuação da cooperativa aqui no município?
3. Você acredita que a Cresol Águas Mornas é importante instituição fomentadora do desenvolvimento local e promotora do acesso ao crédito e serviços bancários para os agricultores familiares?
() sim () não
4. Justificativa da resposta anterior.
5. O que deveria mudar para melhorar os serviços da cooperativa no município?
6. O Sr. (a) recomenda que os agricultores do município se associem na cooperativa?